

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**LETÍCIA PAOLA BEILFUSS**

**ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA NA  
PRÁXIS JORNALÍSTICA COTIDIANA**

**São Borja  
2016**

**LETÍCIA PAOLA BEILFUSS**

**ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA NA  
PRÁXIS JORNALÍSTICA COTIDIANA**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, pela Universidade do Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Bonito

**São Borja**

**2016**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo (a) autor (a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

B648a Beilfuss, Letícia Paola

Acessibilidade Comunicativa na práxis jornalística cotidiana / Letícia Paola Beilfuss.

79 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-- Universidade Federal do Pampa, COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO, 2016.

"Orientação: Marco Antônio Bonito".

1. Acessibilidade Comunicativa. 2. Jornalismo. 3. Direitos Humanos. 4. Cidadania. I. Título.

LETÍCIA PAOLA BEILFUSS

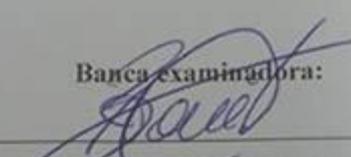
ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA  
NA PRÁXIS JORNALÍSTICA COTIDIANA

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas

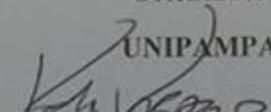
Monografia defendida e aprovada em: 05/12/16

Banca examinadora:

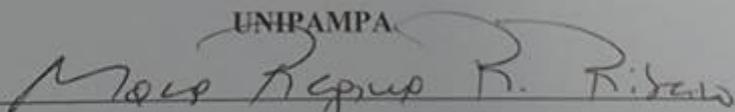
  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Marco Antônio Bonito

Orientador

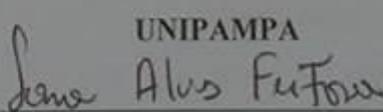
UNIPAMPA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Keli Krause

UNIPAMPA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Mara Rodrigues Ribeiro

UNIPAMPA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Sara Alves Feitosa

UNIPAMPA

Dedico este trabalho a todas às Pessoas com Deficiência Visual e Auditiva que não se sentem informadas devidamente pelo Jornalismo atual.

## AGRADECIMENTOS

Hora de agradecer. Gratidão, primeiramente aquele site, no qual realizei um teste vocacional online e deu Jornalismo, pois eu nunca soube o que queria da vida. Ora era fisioterapia, enfermagem e administração. Depois resolvi cursar um semestre de engenharia. Desastre! Até que no dia 26 de Junho de 2013, participei da minha primeira aula do curso de Jornalismo e me apaixonei. Diante deste percurso, conheci pessoas boas e más, o que não me deixa triste, porque tudo é aprendizado e tudo tem um porquê.

Nesta caminhada, tive a sorte de ter bons educadores, tais como: a Prof<sup>o</sup> mais gata de todas, que manja no texto e na diagramação, Joseline. O mais fino do radiojornalismo, o Alexandre. O que dava mais folga pra galera nas aulas de fotografia, o Miro. A com olhar mais romântico e humano, a Adriana. O mais durão, porém necessário, o teórico Geder. O que cobrava o português da turma, o Leandro. A tecnológica, Vivian. A mais sincera e perfeccionista na área do audiovisual, a Sara. A mais ética e fofa, a Mara. Aqueles que permaneceram comigo por pouco tempo, mas que merecem serem lembrados: a Tabita, que além de ser uma Prof<sup>o</sup> maravilhosa em sala, foi e é muito amiga. Eduardo, com as suas duas paixões: o New Journalism e o Grêmio. Roberta, que não foi minha professora em sala de aula, mas me deu a oportunidade de estar em um dos projetos mais lindos que o curso já teve, o Pampa News. Keli, que, apesar de ser professora de outro curso, instigou em mim uma nova paixão, a LIBRAS. Obrigada a todos vocês por todo o conhecimento compartilhado.

E o último, mas não menos importante, mas sim essencial, professor Marco, orientador deste trabalho, que além de todos os ensinamentos em sala de aula com as suas disciplinas de Comunicação Digital e Comunicação e Acessibilidade, me deu o prazer de me acompanhar nesta caminhada. Obrigada, Marco, pela dedicação, confiança, respeito, paciência e companheirismo. Sem você, esta pesquisa não existiria. Obrigada, também, por despertar em mim o interesse em pesquisar essa temática. Sei que fiz a diferença no curso e no Jornalismo por causa disso. Jamais me esquecerei de ti.

Não posso esquecer aqueles que fizeram a graduação ser possível. Obrigada, mãe e pai por todo o incentivo e confiança depositada em mim. Sei que vocês trabalharam muito para eu permanecer aqui e chegar aonde cheguei. Serei eternamente grata.

Aos colegas, que são como presentes que a Unipampa me deu: Bianca, Nathália, Andrezza, Marcus, Vinícius, Lucas, Léslie e Danielle. Os das outras turmas e outros cursos, mas que sempre estiveram por perto e que de uma forma ou outra ajudaram

neste processo: Pâmela, Janine, Fábio, Fahen, Vitor, Karine, Grazieli, Tanise e Ricardo. Não esquecendo aquele, que conheci em 2014, meu *bixo*, melhor amigo, também namorado, que dividiu comigo os melhores e os piores momentos que a graduação pode oferecer. O Paulo esteve comigo a cada estresse de final de semestre, a cada pauta que caía, fonte que furava, mas que nunca me deixou desistir, ao contrário, foi a minha maior base desde então. Obrigada, amor.

Aquela que não faz parte do universo Unipampa, mas me permitiu levar este universo até ela e fazê-lo muito mais compreensível, minha psicóloga Camila.

Ao Grupo RBS, que abriu as portas de suas sedes e redações para que eu pudesse pesquisar e observar o espaço, bem como entrevistar os profissionais da área do Jornalismo, no qual fizeram com que esse trabalho fosse concluído.

Por fim, obrigada Deus, por ter colocado todas essas pessoas na minha vida para fazer o que fizeram e me fazer chegar aonde cheguei.

**“Na maioria das vezes somos porta-vozes.  
Com uma autoria de trabalho científico somos vozes.”  
(MARTINS, 200**

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo principal compreender de que forma a acessibilidade comunicativa pode ser incluída na rotina jornalística. Para este projeto, foi escolhido trabalhar com acessibilidade para pessoas com deficiência visual e auditiva, ou seja, as deficiências do âmbito sensorial cognitivo. Essa pesquisa se justifica tendo o jornalismo como fonte principal de formação de opinião, o papel do profissional jornalista como social e o não uso da acessibilidade na totalidade da produção de conteúdos jornalísticos. Através de uma análise realizada nas redações do Grupo RBS, maior empresa de comunicação do estado do Rio Grande do Sul, por meio da metodologia do Estudo de Caso, analisamos a rotina jornalística destes profissionais e a existência da acessibilidade comunicativa na produção de seus conteúdos. A pesquisa in loco foi realizada na sede da empresa. Este processo deu-se por duas etapas, a observação e a entrevista. Neste sentido, tivemos um maior entendimento da real situação da produção de conteúdo jornalístico nas redações.

**Palavras-chave:** Acessibilidade comunicativa; Jornalismo; Direitos Humanos; Cidadania.

## **ABSTRACT**

This research has the main objective to understand how communicative accessibility can be included in journalistic routine. For this project, it was chosen to work with accessibility for people with visual and hearing impairment, that is, the deficiencies of the cognitive sensory environment. This research is justified by having journalism as the main source of opinion formation, the role of the professional journalist as a social and the non-use of accessibility in the totality of the production of journalistic content. Through an analysis carried out in the offices of the RBS Group, the largest communication company in the state of Rio Grande do Sul, through the methodology of the Case Study, we analyze the journalistic routine of these professionals and the existence of communicative accessibility in the production of their contents. The on-site survey was conducted at the company's headquarters. This process took place in two stages, the observation and the interview. In this sense, we had a better understanding of the real situation of the production of journalistic content in newsrooms.

**Key words:** Communicative accessibility; Journalism; Human rights; Citizenship.

## LISTA DE SIGLAS

**AD** – Audiodescrição

**CBB** - Comissão Brasileira do Braille

**DA:** Deficiência Auditiva

**DDPD** – Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência

**DUDH** - Declaração Universal dos Direitos Humanos

**DV-** Deficiência Visual

**EUA** - Estados Unidos da América

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**JA** – Jornal do Almoço

**LIBRAS** – Língua Brasileira de Sinais

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PcD** – Pessoas com Deficiência

**PDA** – Pessoas com Deficiência Auditiva

**PDV** – Pessoas com Deficiência Visual

**PNE** – Pessoas com Necessidades Especiais

**RS** – Rio Grande do Sul

**SAP** - *Second Audio Program*

**SBTVDT** – Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre

**SC** – Santa Catarina

**SENAC** – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

**TCC** – Trabalho de Conclusão de Curso

**TI-** Técnico de Informação

**TP** – Telepronter

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2 JORNALISMO E O SEU PAPEL SOCIAL</b> .....	15
<b>2.1 Direitos Humanos e Cidadania</b> .....	16
<b>2.2 Jornalismo e Acessibilidade Comunicativa</b> .....	20
<b>2.3 Rotinas jornalísticas no <i>Hard News</i></b> .....	24
<b>3 A REALIDADE PRÁTICA COTIDIANA</b> .....	28
<b>3.1 Existe mesmo um jornalismo em prol da cidadania?</b> .....	29
<b>3.2 Jornalismo deficiente</b> .....	32
<b>3.3 Como produzir conteúdo jornalístico acessível?</b> .....	36
<b>4 PROCESSO METODOLÓGICO E ANALÍTICO</b> .....	44
<b>4.1 Metodologia</b> .....	46
<b>4.2 Análise Empírica</b> .....	49
<b>4.3 Resultados obtidos</b> .....	54
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	57
<b>REFERÊNCIAS:</b> .....	59
<b>ANEXO A – ENTREVISTAS TRANSCRITAS</b> .....	63

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo problematizar de que maneira a acessibilidade comunicativa pode influenciar a prática jornalística, especificamente, como objeto de estudo o Grupo RBS, maior empresa de comunicação do estado do Rio Grande do Sul (RS). O Grupo RBS foi o campo de pesquisa escolhido por nós para atingir os objetivos propostos neste projeto. Trata-se uma das maiores empresas de comunicação multimídia do Brasil. Desde 1950 a empresa existe no mercado e abrange os estados do RS e de Santa Catarina (SC).

Para este trabalho definimos trabalhar com as Pessoas com Deficiência Visual (PDV) e Pessoas com Deficiência Auditiva (PDA), ou seja, com as deficiências sensoriais no âmbito cognitivo. Deficiência sensorial é caracterizada pelo não funcionamento (total ou parcial) de algum dos cinco principais sentidos. A surdez e a cegueira são consideradas deficiências sensoriais, mas déficits relacionados ao tato, olfato ou paladar também podem ser enquadrados neste tipo de deficiência, entretanto, falando no âmbito comunicacional, uma Pessoa com Deficiência Física (PcDF), por exemplo, consegue se comunicar com outra pessoa sem que seja necessário algum tipo de acessibilidade para que ele receba ou transmita alguma mensagem, porém, uma pessoa cega ou surda precisa de recursos para receber esta mensagem de maneira igualitária ao resto da sociedade.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no RS, existem cerca de 1.900.634 PDV e 617.344 PDA parcial ou total. Ao considerar a abrangência da empresa especificamente no RS e o uso de suas plataformas, interligadas às tecnologias disponíveis, na qual, poderiam contribuir para a comunicação acessível, surgiu à ideia de pesquisar as práticas de produção do Grupo, baseados na acessibilidade comunicativa.

Portanto, esta pesquisa se justifica, primeiramente, pelos números, ou seja, há 10.693.929 milhões de pessoas no RS. Dessas 1.962.368 possuem Deficiência Visual (DV) ou Deficiência Auditiva (DA). Em segundo lugar, é raro ver, nos meios de comunicação, a acessibilidade. Para nós, isso reflete como se o jornalismo não reconhecesse estas pessoas como consumidores de notícia.

Diante disso, este trabalho, dividido em quatro capítulos, inicia com uma reflexão teórica sobre o papel social do profissional jornalista, que está interligada a sociedade e nos Direitos Humanos, bem como a cidadania delas. Neste sentido, também

ressaltamos a importância da acessibilidade comunicativa na redação jornalística, fazendo um breve relato do funcionamento do jornalismo *Hard News*.

No capítulo 2, analisamos, já com observações da pesquisa *in loco*, a realidade prática cotidiana da redação, contextualizando a falta de acessibilidade e o que isso acarreta na vida destas pessoas. Também foi realizado um levantamento sobre as principais leis e decretos publicados em prol das Pessoas com Deficiência (PcD) e o uso e desuso deles na redação. Diante disso, criamos um breve manual de recursos disponíveis para a produção de conteúdo acessível.

O capítulo 3 tem como finalidade apresentar os processos metodológicos da pesquisa. Neste sentido, relatamos desde o início todos os procedimentos seguidos para a elaboração do trabalho, tais como, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, estudo de caso, entrevistas, análise empírica e por fim apresentamos os resultados obtidos.

Nas considerações, encaminhamos o trabalho refletindo sobre tudo o que foi dito e mostrado aqui. Também argumentamos sobre a temática e interpretamos sobre o resultado do trabalho. Após as referências, no Anexo A, está disponível todas as entrevistas realizadas para este trabalho.

## 2 JORNALISMO E O SEU PAPEL SOCIAL

Segundo Nelson Traquina, é absurdo pensar que podemos definir o jornalismo numa só frase ou em um livro, entretanto, poeticamente, ele retrata que jornalismo “é a vida em todas as suas dimensões, como uma enciclopédia.” (TRAQUINA, 2005, p. 19). Deste modo, podemos entender que o jornalismo trata-se de significados do mundo, espalhadas e separadas por seções (economia, ciência, política, cultura, educação, etc.) que abrange o ambiente local, regional e nacional. Mas por que ser Jornalista?

Disse Hipólito da Costa, em 1808, na primeira linha do primeiro periódico a circular no Brasil, o *Correio Braziliense*<sup>1</sup>: “O primeiro dever do homem em sociedade é ser útil aos membros dela”. Conforme Alberto Dines nos apresenta uma cópia do periódico em seu livro, “O papel do jornal e a profissão do Jornalista”, pensemos na identidade profissional do Jornalista.

Hipólito refletiu sobre uma profissão que, na época, não era reconhecida, entretanto, se trata de uma reflexão que é cabível até os dias atuais. Suas palavras denominadas revolucionárias por Dines propõem a quem lê uma viagem ao conhecimento do papel social do jornalista, colocando o jornalismo como missão perante a sociedade, no qual “ninguém é mais útil do que aquele que se destina mostrar, com evidência, os acontecimentos do presente e desenvolver as sombras do futuro” (DA COSTA apud DINES, 2009, p. 13). Através disso, entende-se que o jornalista está comprometido com a sociedade de tal modo que é visto como um “cão de guarda”, no qual ao latir, mostra e informa, chamando a atenção sobre determinado assunto.

Ao falar de comprometimento, podemos destacar Bill Kovach e Tom Rosenstiel, no qual, no livro “Elementos do Jornalismo”, trazem uma lista com nove requisitos para a profissão do jornalista. São elas;

1. A primeira obrigação do jornalismo é a verdade.
2. Sua primeira lealdade é com os cidadãos.
3. Sua essência é a disciplina da verificação.
4. Seus profissionais devem ser independentes dos acontecimentos e das pessoas sobre as que informam.
5. Deve servir como um vigilante independente do poder.
6. Deve outorgar um lugar de respeito às críticas públicas e ao compromisso.
7. Tem de se esforçar para transformar o importante em algo interessante e oportuno.
8. Deve acompanhar as notícias tanto de forma exaustiva como proporcionada.
9. Seus

---

<sup>1</sup> *Correio Braziliense* foi um mensário português publicado por Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça em Londres. Precursor dos chamados "jornais de Londres" em particular, e dos jornais portugueses no exílio em geral (1808-1820), é também considerado o primeiro jornal brasileiro. Circulou de 1 de junho de 1808 a 1 de dezembro de 1822, contando 175 números, agrupados em 29 volumes, editados durante 14 anos e 7 meses, ininterruptamente, com marcante pontualidade.

profissionais devem ter direito de exercer o que lhes diz a consciência.  
(KOVACH, ROSENSTIEL, 2003. p. 22-23)

Deste modo, interpreta-se que, através do jornalismo, a sociedade pode ter a verdade e também lutar pelos seus direitos com as suas demandas. Temos o jornalismo, como um espaço público, no qual a partir dele a sociedade mostra do que necessita.

Tudo parte de um processo, no qual, ao informar, nossa profissão faz com que o leitor/telespectador/ouvinte forme sua opinião perante aquilo que lê/vê/ouve, portanto o jornalista também é um educador para a sociedade. Sendo assim, podemos, conforme Dines, comparar que “o jornalista se relaciona com o leitor como um psicanalista com seu paciente, um marido com sua mulher, o pai com o seu filho. São espelhos um do outro, reflexos, continuações, interações, partes, enfim, de um mesmo processo” (DINES, 2009, p. 136). Assim, o jornalista escreve para seu leitor e é por ele, e para ele, que deve se pautar, tornando-os um reflexo um do outro. Diante disso, conclui-se que a informação não acaba quando uma matéria é publicada e lida/ouvida/assistida, ou seja, após ser consumida pelo receptor, a informação continua na sociedade.

Ao considerar a informação como “estruturas significantes com a competência de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo ou sociedade” (BARRETO, 1996, p. 2), que pode ser compreendida como um bem intelectual permite ao receptor, poder refletir;

A informação é qualificada como um instrumento modificador da consciência do homem e de seu grupo social. Deixa de ser, unicamente, uma medida de organização por redução de incerteza, para ser a própria organização em si. Fica estabelecida uma relação entre informação e conhecimento, que só se realiza, se a informação é percebida e aceita como tal, colocando o indivíduo em um estágio melhor, consciente consigo mesmo e dentro do mundo onde se realiza a sua odisseia individual. (BARRETO, 1996, p. 2)

A partir disso, é nesse momento que reside à grandeza de se produzir uma matéria: o modo como o jornalismo auxilia na propagação do conhecimento da sociedade. Baseados nisso, no próximo tópico, vamos relacionar como a nossa profissão está associada com a difusão dos Direitos Humanos e no exercer da Cidadania da sociedade.

## **2.1 Direitos Humanos e Cidadania**

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>2</sup> (DUDH), estes existem, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Os Direitos Humanos são universais e inalienáveis, ou seja, são aplicados de forma igual, na qual ninguém pode ser privado de seus direitos. Há inúmeros artigos na Declaração, entretanto, levando em conta o âmbito comunicacional, nos deparamos com um que condiz com o papel social do jornalismo: o direito à informação, liberdade de expressão e opinião; “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (ONU, 1948, p. 9). Neste sentido, entendendo o Jornalismo com seu papel social informa e se comunica, dá ao receptor a capacidade de que ele crie sua opinião e exerça o seu papel de cidadão, assim, quando não há informação acessível, não há respeito aos Direitos Humanos, pois qualquer indivíduo, perante a lei, é igual ao outro.

Portanto, quando se fere os direitos de uma pessoa, isso acarreta automaticamente na cidadania dela. Marshall (1967) tem uma concepção de cidadania como um conjunto de direitos e deveres atribuídos ao cidadão. Por este ponto de vista, temos três dimensões de direitos: civis, políticos e sociais, sendo os civis fundamentais à vida, os políticos à participação do cidadão no governo e os sociais no direito à educação, ao trabalho, etc. Entretanto, o cidadão pleno é aquele que usufrui dos três tipos de direitos já expostos aqui, caso o contrário, resulta na desigualdade social.

Deste modo, pensemos que para haver cidadania é necessário que o cidadão saiba os seus direitos, mas como uma PDV ou PDA, poderá sabê-los e colocá-los em prática se ele não é tratado como um cidadão normal?

Tendo em vista que “o princípio básico da cidadania se apoia na ideia de igualdade” (GALDINO, MORAGI, VANZ, 2003, p. 72) e levando em conta que a informação é um direito de todos, a partir do momento que deixamos de comunicar de uma maneira isonômica, estamos, indiretamente, prejudicando alguém e, desta maneira, compartilhando da desigualdade social. Temos a informação, como um ato intelectual, entretanto, quando isso afeta alguém, inferioriza esta pessoa diante dos outros. Conforme Carvalho “a ausência de uma população educada (e informada) tem sido um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política” (CARVALHO,

---

<sup>2</sup> A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento a fim de respeitar e firmar direitos universais. Esse documento foi aprovado no dia 19 de dezembro de 1948, em Paris. Está disponível em: [www.dudh.org.br](http://www.dudh.org.br).

2004, p. 11), deste modo, a partir do momento em que não informamos, fechamos as portas para o cidadão, como salienta Gentilli;

o cidadão tem o direito de ser provido das informações necessárias para o seu dia-a-dia, assim como um pai, que tem a obrigação de levar o seu filho ao posto de vacinação, tem o direito de receber as informações necessárias para que cumpra com esta obrigação sem dificuldades. Informação sobre saúde e profilaxia, formas de prevenção de doenças, informações sobre reidratação oral, sobre mecanismos para evitar a meningite ou o cólera ou sobre a AIDS, informações sobre campanhas de vacinação, devem ser concebidas nesta dimensão. O jornalismo é uma das formas de expressão deste direito social. (GENTILLI, 2002, p. 44)

Sendo assim, se partirmos do pressuposto que o acesso e o uso da informação, são os alicerces para a construção da cidadania, fazendo com que se construa uma sociedade mais justa, digna e com maiores oportunidades para todos os cidadãos, concluímos que os cidadãos precisam da informação para exercer seus direitos de modo que o direito à informação é necessário ao exercício dos demais direitos da cidadania (GENTILLI, 2005, p. 128).

Desse modo, o acesso à informação é o pontapé inicial que dá acesso aos demais direitos. É por meio da informação que os cidadãos podem construir opiniões e fazer escolhas com autonomia, de modo que ela os auxilia a exercerem suas prerrogativas, tornando, por meio de sua difusão, mais acessível os demais direitos.

Penso o jornalismo como uma atividade indispensável no mundo contemporâneo, como o instrumento que viabiliza o direito à informação, onde os jornais desempenham a função de mediadores e os jornalistas, individualmente, de representantes do leitor, telespectador e ouvinte, como indivíduos, consumidores e cidadãos (GENTILLI, 2005, p. 142).

Para isso, usamos do conceito de Cidadania Comunicativa, de Maria Cristina Mata<sup>3</sup>, que se fundamenta na participação ativa dos sujeitos onde eles estão inseridos. Para Mata (2006), o cidadão pode ser quem necessita, quem demanda e quem decide, ou seja, ele cumpre diversos papéis na sociedade. Através da cidadania comunicativa o indivíduo pode ampliar a participação dele na sociedade. Conforme BONITO:

---

<sup>3</sup> Formou-se na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Nacional de Córdoba Argentina. Diretora da Escola de Ciências da Informação, Faculdade de Direito e Ciências Sociais da Universidade Nacional de Córdoba.

[...] a cidadania comunicativa compreende e possibilita a participação dos diversos sujeitos num processo de criação democrático, o que amplia as práticas de cidadania, caracterizando-se também pelo acesso dos sujeitos às tecnologias. Este é um forte indicador do direito à comunicação e à informação e dos processos de democratização, que ampliam a capacidade de intervenção e de ação cultural, social, política e comunicacional. (BONITO, 2016, p.188)

Nesse sentido, entendemos que a comunicação está interligada à cidadania das pessoas, pois a partir da comunicação se dá a opinião e a expressão do indivíduo, fazendo com que, neste contexto, ele participe da sociedade sem restrições. Para as PcD, ao exercer a sua cidadania, isso também faz com que haja uma inclusão social. Usamos da definição de inclusão para explicar a exclusão. Segundo Gil a inclusão social “é o processo pelo qual a sociedade procura adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação de oportunidades e, conseqüentemente, uma sociedade para todos”, (Gil apud SPIGAROLI; SANTOS; SCHLÜNZEN; et al., 2005, p. 212), portanto, quando não há acessibilidade, não há oportunidade, igualdade ou inclusão.

Com o passar dos anos, as PcD foram tomando o seu espaço. Um processo longo e demorado para chegar à inclusão. Segundo Gugel (2007), na Grécia Antiga, os recém-nascidos que possuíam algum tipo de deficiência eram abandonados ou mortos pela própria família. Na idade média, a população encarava o nascimento destas pessoas como castigo de Deus. Os supersticiosos viam nelas poderes especiais de feiticeiros ou bruxos. Na idade moderna, técnicas de comunicação foram desenvolvidas para pessoas cegas e surdas. O braille<sup>4</sup>, na França e a língua de sinais<sup>5</sup>, na Espanha.

O século XX trouxe avanços tecnológicos importantes para as PcD. Também neste século, mais precisamente em 1948, após a criação da Organização das Nações Unidas<sup>6</sup> (ONU) criou-se a DUDH, que constitui no artigo 25, uma menção expressa às PcD, na qual diz que:

1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle (ONU, 1948)

---

<sup>4</sup> O Braille é um alfabeto convencional cujos caracteres se indicam por pontos em alto relevo. O deficiente visual distingue por meio do tato.

<sup>5</sup> Língua que se utiliza de gestos, sinais e expressões faciais e corporais, em vez de sons na comunicação. As línguas de sinais são de aquisição visual e produção espacial e motora. São as línguas naturais de cada comunidade de Surdos.

<sup>6</sup> Organização intergovernamental criada para promover a cooperação internacional. Foi estabelecida em 24 de outubro de 1945, após o término da Segunda Guerra Mundial, com a intenção de impedir outro conflito como aquele.

Deste modo, podemos observar que não há um tratamento diferenciado entre PcD ou pessoas ditas “normais”. Os Direitos Humanos, como já dito aqui, são universais e condizem que todas as pessoas têm direitos e deveres iguais ao do outro. A informação, neste sentido, deveria ser dada da mesma maneira.

O século XXI é marcado pela integração das PcD com a sociedade, entretanto, essa integração e inclusão não é realizada de maneira ampla, no qual estas pessoas são tratadas como pessoas normais, conforme Sasaki:

Cabe à sociedade eliminar todas as barreiras arquitetônicas, programáticas, metodológicas, instrumentais, comunicacionais, e atitudinais para que as pessoas com deficiência possam ter acesso aos serviços, lugares, informação e bens necessários ao desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. (SASSAKI, 1997, p. 45)

Portanto, levando em conta o âmbito comunicacional, no qual quem comunica também faz parte da sociedade, ou seja, antes de sermos jornalistas, somos cidadãos, ou seja, “o jornalista e o leitor, assim, fazem parte do mesmo bolo social” (DINES, 2009, p. 73), também somos leitores/telespectadores/ouvintes, assim, o jornalista é o reflexo da sociedade em que convive e cabe a nós, profissionais da sociedade, eliminar os entraves colocados no cotidiano, pois se não aplicamos isso, a sociedade não aplicará.

No próximo tópico vamos tratar das relações entre o Jornalismo e a Acessibilidade Comunicativa, sob o ponto de vista de uma produção universal, que possa ser recebido e compreendido por todas as pessoas de maneira igualitária.

## **2.2 Jornalismo e Acessibilidade Comunicativa**

O pesquisador Wilbur Schramm<sup>7</sup> sugere definir comunicação através da origem da palavra. Ele descobriu que Comunicação vem do latim *comunnis*, comum e *communicare*, tornar comum, compartilhar. Diante disso, partindo do pressuposto de comum, temos a ciência que significa algo habitual, algo comum para todos, entretanto, “para se ter algo comum com alguém é preciso que haja esse alguém” (DINES, 2009, p. 80), desta forma, para algo ser comum para todos, é necessário que se compartilhe esse algo.

---

<sup>7</sup> Considerado o fundador do campo de Estudos de Comunicação, foi o primeiro indivíduo a identificar-se como um estudioso de comunicação.

Levando em conta o Jornalismo e partindo do mesmo método etimológico, descobriu-se que a palavra informação também vem do latim, *in formatio* (em formação), que se refere a organizar, portanto, temos então uma resposta: Algo que é organizado, que deve ser compartilhado para se tornar comum.

Assim, podemos compreender que o papel social do jornalismo é organizar e compartilhar informações que possam ser compreendidas e úteis à vida cotidiana e à cidadania. Contudo, a linguagem jornalística produz barreiras comunicativas que impedem ou dificultam o acesso à informação pelas PcD. Para eliminar essas barreiras o jornalista pode trabalhar com recursos acessíveis disponíveis hoje. Baseados na Acessibilidade Comunicativa compreendida como “o conjunto de processos que visam desobstruir e promover a comunicação sem barreiras como direito humano fundamental” (BONITO, 2015, p. 88). Desta forma, podemos usar da prática do Desenho Universal, projeto de produtos que podem ser usados por todos, sem adaptações, ou seja, qualquer pessoa, independente de suas características (altura, tamanho ou até deficiência).

Não se trata de uma tecnologia direcionada às pessoas com algum tipo de deficiência, mas “a ideia do Desenho Universal é, justamente, evitar a necessidade de ambientes e produtos especiais para PcD, assegurando que todos possam utilizar com segurança e autonomia os diversos espaços construídos e objetos” (CARLETTO E CAMBIAGHI, 2008, p. 10). A prática do desenho universal parte de sete princípios<sup>8</sup>: Igualitário, Adaptável, Óbvio, Conhecido, Seguro, Sem esforço e Abrangente, todos eles preparados para receber qualquer pessoa em qualquer situação. No âmbito comunicacional, trabalhamos a partir do princípio conhecido, onde se refere em comunicação de fácil percepção, ou seja, quando uma informação é transmitida de uma forma em que todos possam receber de maneira igualitária, através de diferentes maneiras (texto, vídeo, LIBRAS ou Braille).

No jornalismo diário há restrições para que as PDV e PDA consumam as informações. Mesmo com o advento da internet, que só potencializa o Jornalismo para uma cobertura mais ampla, seja ela de conteúdo ou de pessoas, são raros os conteúdos que possuem a prática do Desenho Universal, ou seja, não há conteúdo informativo para pessoas cegas ou surdas, da mesma forma que há para quem enxerga ou ouve.

Neste sentido, percebe-se que há uma grande desigualdade social e cultural, totalmente produzida por quem deveria produzir a homogeneidade: Os informantes. Ressaltamos e voltamos a dizer que um dos principais papéis do jornalista é o papel

---

<sup>8</sup> Mais detalhes em: [http://www.vereadoramaragabril.com.br/files/universal\\_web.pdf](http://www.vereadoramaragabril.com.br/files/universal_web.pdf).

social. Pessoas consomem o que fizemos, entretanto, por que não produzir para todos? Neste sentido, considerando que “o jornalismo tem uma função social nobre, transformar as informações em conhecimento público, logo não podemos continuar a fazer distinção, por preconceito comunicativo, de quem deve ou não ter acesso ao conhecimento gerado” (BONITO, 2012, p. 14), o jornalista ao construir sua narrativa, desde a ideia em que surge a pauta, já deveria pensar na Acessibilidade Comunicativa como uma das práticas jornalísticas consagradas.

O jornalista ao definir sua pauta, já começa a fazer a produção da notícia através de pesquisa sobre o determinado assunto, marcar entrevistas, produzir o conteúdo, ou seja, há um roteiro a ser seguido, porém a acessibilidade, que deveria ser pensada em conjunto e construída com a pauta, é deixada de lado ou, às vezes, é pensada depois da matéria pronta, o que torna uma parte do conteúdo adaptada, entretanto, nunca de maneira igualitária para quem enxerga ou ouve.

A acessibilidade comunicativa se trata de disponibilizar o conteúdo com acessibilidade com recursos tecnológicos: Audiodescrição (AD), Janela de Tradução em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), Braille, contraste, opção de “zoom” nos textos, dentre outros. Claro que essas opções não são apenas disponíveis para o webjornalismo, entretanto, a TV Aberta e o Rádio, desde os anos 2000 protelam as leis e os decretos que regulamentam as questões dos direitos das pessoas com deficiência. Hoje em dia, o que está em vigor é a portaria nº 188<sup>9</sup>, de 2010, que especifica a quantidade de programação acessível que as emissoras brasileiras devem cumprir, entretanto, não há um prazo definido para isso acontecer.

Como já citado aqui, acreditamos e defendemos que a Acessibilidade Comunicativa deve estar presente desde a ideia de pauta, ou seja, ser uma das práticas jornalísticas, na qual o jornalista, na construção da narrativa, construa também um conteúdo acessível e não o formate depois de pronto para a acessibilidade, formando um conteúdo diferente e potencializando a exclusão destas pessoas.

Diante disso, tendo em vista o objetivo principal de Desenho Universal, “definir um projeto de produtos e ambientes para ser usado por todos” (CARLETTO; CAMBIAGHI, 2008) e o jornalismo, podemos perceber que a informação transmitida hoje não é universal e feita apenas para quem é vidente e ouvinte. Como já citado, entendemos que o direito à informação é o ponta pé inicial para que os cidadãos possam

---

<sup>9</sup> Disponível em:

[http://www.mc.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=26611&catid=273](http://www.mc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26611&catid=273)

ter contato com os demais direitos. Neste sentido, o uso do Desenho Universal nos dispõe;

Com a inclusão arraigada na base da formação e informação, podemos dar um passo à frente e não falar mais nesse conceito isolado, que cria mecanismos e ferramentas para trazer ao seio social um grupo de pessoas que estão à margem desse processo. Estamos levantando agora uma outra questão, mais abrangente e, sem dúvida, principal: defender um mundo de acessos universais, sem segregações, um mundo para todos. (CARLETTO; CAMBIAGHI, 2008, p.5)

Desta forma, ainda que o público cego ou surdo, seja em menor número, comparado às pessoas “videntes” e “ouvintes”, a possibilidade de “conteúdo universal” não pode ser descartada pelas empresas jornalísticas e por isso propomos aqui que este processo seja realizado nas práticas de um modo geral, seja ele para TV, rádio, web ou impresso, tendo em vista que o roteiro para a produção da pauta é a mesma. Cada meio possui as suas especificidades, entretanto, na contemporaneidade, temos os quatro meios jornalísticos unidos. A voz, imagem, texto e foto formatam a reportagem hoje.

A rotina do jornalista está interligada ao modo em que ele organiza e coloca em prática as práticas jornalísticas na hora de construir uma reportagem. Desde o surgimento da pauta até a publicação, uma série de técnicas e passos serão seguidos, dentre eles a escolha das fontes, a apuração, entrevistas, a hora de escrever a matéria e unir tudo o que absorveu, entretanto, não há nestes requisitos a proposta de como pensar em conteúdo acessível. Os livros que tratam sobre roteiro de reportagem, mostram o processo baseados em pauta, apuração, fontes, entrevistas e hora de escrever.

Como já dito aqui, propomos que a acessibilidade comunicativa seja pensada em todos os meios jornalísticos, independente de suas especificidades, no entanto, com a convergência destes meios, o fazer jornalístico foi remodelado. Hoje, o que passou no rádio está na TV, que está no impresso também que está na web. Com o advento da internet, “não há mais tanto sentido em separar as mídias, tudo é conteúdo digital” (CANNITO, 2010, p. 84), ou seja, a era digital propõe um novo período para a comunicação, uma fase mais democrática, na qual quem não pode acompanhar o telejornal, ouvir o rádio ou comprar o jornal impresso, terá a informação a qualquer momento, sem hora marcada.

Diante disso, prevemos que a acessibilidade comunicativa poderia ser melhor abordada, pois a internet une todos os conteúdos em uma plataforma só. Cegos e surdos poderão encontrar o conteúdo em uma plataforma, sem precisar procurar por conteúdos

diferenciados para estes, como, por exemplo, o jornal impresso, que precisaria de outra plataforma para dispor do conteúdo acessível.

Em função de o termo Acessibilidade estar muito associado às barreiras arquitetônicas e urbanísticas, propõe-se o termo acessibilidade digital como fator de diferenciação conceitual da acessibilidade arquitetônica. Conforme Santarosa e Conforto, acessibilidade na web condiz:

[...] como sinônimo de aproximação, um meio de disponibilizar a cada indivíduo interfaces que respeitem suas necessidades e preferências [...]. Muitas vezes as discussões sobre acessibilidade ficam reduzidas às limitações físicas ou sensoriais dos sujeitos com necessidades especiais, mas esses aspectos podem trazer benefícios a um número bem maior de usuários, permitindo que os conhecimentos disponibilizados na Web possam estar acessíveis a uma audiência muito maior, sem com isso, prejudicar suas características gráficas ou funcionais. (CONFORTO; SANTAROSA, 2002, p. 92-94).

Deste modo, podemos entender que acessibilidade digital está interligada com a inexistência de qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou recebimento de mensagens por intermédio dos meios de comunicação, sejam ou não de massa.

Com o jornalismo em uma nova era e com a tecnologia disponível hoje, a acessibilidade comunicativa garante não só às PcD, mas sim todos os cidadãos a, além do recebimento de informações, a interação e navegação, fazendo com que estas pessoas possam contribuir com os veículos noticiosos. Por isso, acreditamos em uma revisão das práticas jornalísticas para a produção de conteúdos.

No próximo tópico vamos poder compreender como funciona uma redação jornalística e como o receptor está inserido nela.

### **2.3 Rotinas jornalísticas no *Hard News***

O termo *Hard News* refere-se ao jornalismo do dia a dia, que não para, que funciona no 24/7, ou seja, 24 horas por dia e sete dias por semana.

Conforme as seções anteriores, já discutimos neste trabalho que o jornalismo deveria ser um reflexo da sociedade e vice-versa, ou seja, baseada na metodologia conhecida como a Teoria do Espelho<sup>10</sup>, no qual “a imprensa funciona como um espelho do real, apresentando um reflexo claro do cotidiano” (PENA, 2010, p. 125). Desta

---

<sup>10</sup> É a teoria mais antiga. Inspira-se no Positivismo do filósofo francês Auguste Comte (1798-1857). Disponível em: <http://teoriadojornalismouniube.blogspot.com.br/2010/11/teoria-do-espelho.html>

forma, as notícias são como são, pois a sociedade e a realidade em que ela vive a determina. Partindo disso, pode-se destacar que o leitor/ouvinte/telespectador não é um fato isolado como fomenta NOBLAT;

um jornal é ou deveria ser um espelho da consciência crítica de uma comunidade em determinado espaço de tempo. Um espelho que reflita com nitidez a dimensão aproximada ou real dessa consciência [...] Jornalismo não é obra exclusiva de jornalistas. Tanto quanto nós, os leitores são também responsáveis pelo bom e mau jornalismo. (NOBLAT, 2010, p. 21)

Diante disso, podemos perceber e comparar o jornalismo com o dia a dia das pessoas. Por exemplo, os telejornais são transmitidos, geralmente, em três momentos do dia: pela manhã (logo cedo, quando a maioria dos telespectadores estão tomando café da manhã) ao meio-dia (quando as pessoas almoçam) e no final do dia/começo da noite (quando, na maioria dos casos, os cidadãos já estão em casa). Desta forma, podemos relevar que “o leitor, o ouvinte ou o telespectador são, na realidade, os verdadeiros proprietários dos veículos” (DINES, 2009, p. 66). Baseado no que a sociedade reflete, o jornalista possui uma série de etapas para construir a notícia.

A redação jornalística é composta por várias pessoas, que assumem diferentes funções: produtor (produz a pauta, marca entrevistas com as fontes, apura os fatos), repórter (pessoa que faz o contato com o fato), redator (responsável pelo texto jornalístico), editor (responsável por escolher o que o leitor/ouvinte/telespectador vai receber, ou seja, ele decide o que vai ser notícia), editor-executivo (comanda as reuniões de pauta), diretor de redação (o cargo mais alto dentro da redação. Representa o dono do veículo de comunicação) (CAVERSAN, 2009).

Citada a estrutura humana do jornal, agora é hora de conhecer a estrutura física. Caversan (2009) compara a redação jornalística com um escritório;

Quem nunca entrou numa redação de jornal, quando o fizer, terá a impressão de que visita um grande escritório. Um escritório bem bagunçado, é verdade, mas com mesas, computadores, cadeiras mais ou menos confortáveis, telefones, diversos aparelhos de TV, mesas de reunião. (CAVERSAN, 2009, p. 33)

Entretanto, uma redação jornalística não se trata apenas de agrupar móveis e eletrônicos. Geralmente, os profissionais são separados por editorias ou programas jornalísticos, porém todos os computadores da redação estão interligados, ou seja, os profissionais podem ter acesso ao material do outro. Desta forma, todos podem

trabalhar juntos. Na maioria das vezes a notícia que está na capa do jornal impresso, na TV, no rádio ou na Web teve a participação de muitas pessoas que, conforme Caversan;

Trata-se, na verdade, de uma cadeia de ações concatenadas, à qual se agrega técnica e talento de todos os participantes, cada um a seu modo e de acordo com as exigências da etapa que tem a cumprir – pauta, apuração das informações, redação [...] (CAVERSAN, 2009, p. 41)

Neste sentido, podemos perceber que o trabalho em equipe está inserido desde o início. Tudo começa na reunião de pauta, na qual participam os editores de cada editoria (economia, política, cultura, geral, esporte, polícia, etc...), editor-chefe e o editor executivo. Nesta ocasião todos constroem o jornal juntos. Aqui é decidido o que vai ser notícia amanhã. Após esta reunião, cada editor conversa com os produtores e repórteres da sua editoria para distribuir as pautas.

Geralmente o deadline<sup>11</sup> não é muito extenso. Por exemplo, no jornal impresso a reunião de pauta acontece pela manhã. O repórter tem até o final do dia para estar com a matéria pronta, para então o jornal ser impresso e enviado para os leitores. Já no rádio e na TV as reuniões de pauta acontecem separadamente, ou seja, uma reunião por programa. Desta forma, assim que o telejornal ou programa radiofônico encerra, todos vão para a reunião de pauta para decidir as reportagens do dia seguinte. Neste sentido, o deadline é de 24 horas. Na web o funcionamento é diferente, pois como se trata de uma atualização contínua o deadline acontece a todo o momento.

Decididas as pautas, é hora da apuração. Dependendo do veículo essa função pode ser exercida pelo repórter ou pelo produtor. Este momento é dedicado a ligar para as possíveis fontes, levantar dados, checar informações e marcar entrevistas. Feito isso, é o momento de ir a campo. Bloquinho, caneta, gravador (ou smartphone), câmera, cinegrafista (em reportagens para TV) e o repórter coloca a mão na massa. O profissional vai até as fontes e ao local aonde acontece o fato. Vive daquele momento para poder compartilhar com os leitores/ouvintes/telespectadores tudo o que viu e sentiu.

Feitas as entrevistas, fotos, imagens e anotações, o repórter volta para a redação. É hora de conectar as ideias. Escrever e escolher as fotos para o jornal impresso, editar as imagens e produzir o texto para o telejornal, editar o áudio para o rádio ou fazer tudo isso para a web. Cada uma dessas plataformas tem as suas especificidades. O que fica bem no impresso, pode não ser cabível para a TV, entretanto, o que não pode faltar em

---

<sup>11</sup> Prazo para entrega do material.

um texto, seja ele para a plataforma que for é o LIDE<sup>12</sup>. Amparado por seis questões, qualquer notícia deve responder a seis perguntas clássicas: Quem? Que? Quando? Onde? Por quê? Como? (ERBOLATO, 2008, p. 65).

Chegamos até a edição da reportagem. Ela está quase sendo publicada e até agora não falamos de acessibilidade. Isto acontece porque nos livros de produção jornalística não a estudamos. Óbvio que somos ensinados a nos importar com quem vai receber o nosso material, ou seja, “na hora de escrever, o jornalista precisa estar sempre preocupado com quem lerá o que ele está produzindo” (BRASLAUSKAS; FLORESTA, 2009, p. 121), entretanto, até que ponto isso ocorre?

A edição acabou. O jornal está na banca, pronto para ser lido por quem é vidente. O telejornal começa daqui a pouco, pronto para ser assistido e ouvido por quem é vidente e ouvinte. Já ligou o rádio? Tá escutando? Então vamos para a web, lá tem tudo isso em um lugar só, mas não para todo mundo.

Eis aqui neste capítulo um breve relato do dia a dia de um profissional jornalista dentro da redação, conforme autores vistos em sala de aula seja ela para TV, Rádio, Web e Impresso. O trabalho de apuração, entrevistas, textos, edição é o mesmo. O que diferencia uma mídia da outra é a linguagem e os meios utilizados para passar a informação, ou seja, vídeo, áudio, foto e texto.

No capítulo seguinte, vamos entender como a teoria esta inserida na prática dentro das redações.

---

<sup>12</sup> Em jornalismo, o lide, ou *lead* no original inglês, é a primeira parte de uma notícia, geralmente o primeiro parágrafo posto em destaque, que fornece ao leitor informação básica sobre o conteúdo que lhe segue e pretende prender-lhe o interesse.

### 3 A REALIDADE PRÁTICA COTIDIANA

O campo da comunicação, principalmente na área do jornalismo, atravessa um período de profundas transformações. Essas transformações condicionadas pelo âmbito econômico e pelo desenvolvimento de novas tecnologias faz com que as empresas de comunicação se reestruturem de tal forma que modifica o contexto real das redações e da atuação do profissional jornalista.

Quando estive<sup>13</sup> no grupo RBS para fazer a minha pesquisa, pude compreender o contexto da realidade prática cotidiana de uma redação. Posso afirmar que o trabalho do jornalista é com o tempo, ou seja, a partir do momento em que o profissional entra na empresa, as horas começam a contar. É um expediente de oito horas que precisa, ao final, a elaboração de uma matéria. Segundo os colegas jornalistas, é ele, o tempo, que configura a falta de acessibilidade no jornalismo.

Junto com o fator tempo trabalhamos atualmente com o corte de pessoal. Neste sentido, hoje em dia é quase inexistente a ideia de uma equipe de reportagem para a produção de uma matéria. Desta forma, para uma reportagem para jornal impresso, por exemplo, o jornalista assume mais que um papel. No momento da entrevista o profissional é o repórter e desempenha todas as funções e, logo depois, na redação, é ele quem vai redigir o texto e pensar na diagramação, ou seja, o jornalista é multitarefa. Ao mesmo tempo em que o jornalista assume esses vários papéis, ele também trabalha com a realidade do jornalismo hoje: a multiplataforma<sup>14</sup>, ou seja, a sobrecarga que o profissional possui hoje é a verdade das redações.

A competição pela busca de dar a notícia em primeira mão, mudou para quem informa de um modo diferente se apropriando dessas multiplataformas existentes e disponíveis para a construção da narrativa. Deste modo, o jornalista, quando tem uma pauta definida, deve pensar o viés utilizado em cada mídia, pois cada uma dela possui suas especificidades, ou seja, o jornal impresso divide o espaço com os jornais digitais, entretanto, a narrativa não é a mesma, da mesma forma que a TV divide espaço com os vídeos para web. Cada uma dessas plataformas possui um público alvo diferente, bem como, características específicas da plataforma. É esse o desafio diário do jornalista hoje: ter todos os públicos lendo/ouvindo/assistindo o seu material e compartilhando

---

<sup>13</sup> Do dia 11 ao dia 15 de Julho de 2016.

<sup>14</sup> Mídias tradicionais, como televisão, rádio, jornal dividem espaços com as novas mídias, tais como, redes sociais, tablets, aplicativos.

dele, pois “o que não se propaga, morre” (JENKINS; GREEN; FORD, 2014, p. 234) e conhece o RH<sup>15</sup> da empresa.

Com a aceleração do tempo e com menos pessoas trabalhando para mais plataformas, eis que o trabalho jornalístico se resume a isso. A nova conjuntura do fazer jornalístico exige do profissional um conhecimento mais amplo, no qual o trabalho não se organiza mais pela divisão de tarefas (produtor, pauteiro, cinegrafista, editor, etc...), mas sim por uma pessoa só que assuma todas essas funções.

Neste sentido, a atualização do conhecimento não se baseia só para os profissionais que estiveram na graduação há algum tempo, mas sim para todos. A lógica do fazer jornalismo não mudou, mas sim as suas formas de fazer.

Diante disso, podemos considerar que, depois desses avanços tecnológicos e, com isso, da mudança do perfil do profissional, o trabalho jornalístico está restrito a criar cada vez mais, ou seja, mais informação em um curto espaço de tempo e com menos pessoas para tal. Desta forma, essas questões configuram a falta de acessibilidade na produção de conteúdo jornalístico. Neste sentido, o jornalista está tão focado a produzir que se esquece do seu real papel social perante a sociedade, como iremos discutir no próximo tópico.

### **3.1 Existe mesmo um jornalismo em prol da cidadania?**

Conforme apresentado no trabalho, temos de forma nítida e clara a relação do jornalista com a sociedade. A sociedade é a fonte, a usuária e a protagonista das histórias contadas pelo jornalismo, ou seja, o jornalismo é feito por ela e para ela.

Podemos observar que a “comunicação é uma questão eminentemente sócia. A comunicação é interpessoal e não intrapessoal” (DINES, 2009, p. 81), ou seja, a comunicação acontece entre duas ou mais pessoas. No jornalismo, esta comunicação se dá através das notícias e, sobretudo, com o retorno dos leitores/ouvintes /telespectadores ao veículo de comunicação.

Diante disso, podemos ressaltar que a notícia é um meio de troca entre o jornalista e a sociedade, pois, ao mesmo tempo em que sociedade remete a realidade vista nos jornais, “as notícias ajudam a construir um reflexo do real” (PENA, 2010, p. 128). A verdade é que a informação funciona como um vai e vem de conhecimento e compartilhamento entre as pessoas de diferentes culturas e com outras concepções, pois, conforme KARAM;

---

<sup>15</sup> Recursos Humanos.

mundos com significados diferenciados necessitam de uma ponte entre as várias particularidades, para que possam revelar, em seu interior, a universalidade humana potencialmente constituinte, a maneira pela qual é possível manter uma relação ética particular e universal ao mesmo tempo (KARAM, 1997, p. 15)

Desta forma, a informação dada por meio da notícia implica que cada indivíduo tenha possibilidade de conhecer e saber o que significa o outro, outras sociedades, culturas e comportamentos.

Levando em conta este trabalho e a ênfase dele: conteúdo jornalístico acessível, podemos entender, automaticamente, que, quando não existe conteúdo jornalístico acessível, as PcD não são informadas, deste modo, não se apropriam e não conhecem o outro, neste sentido, além de serem excluídas da sociedade, perdem também o direito que elas têm à informação.

É importante ressaltar que o acesso irrestrito e isonômico à comunicação é um direito assegurado pela convenção das PcD da ONU. Apesar de a DUDH ter sido promulgada em 1948, a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência<sup>16</sup> foi publicada apenas em 1975. Entretanto as leis que foram publicadas desde a criação da Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência não são cumpridas. No que se refere ao âmbito comunicacional, por exemplo, apenas em dezembro do ano 2000 surgiu uma lei específica. A lei nº 10.098, Lei da Acessibilidade, estabelece “normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, além de outras providências” (Blog da Audiodescrição, 2012).

Desde então, houve disputas entre as empresas de comunicação e o governo. Desta forma, as empresas sempre achavam uma forma de colocar barreiras sob as leis estabelecidas. No ano passado, através do Decreto 13.146, ficou definido que;

Comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações; (BRASIL, 2015)

Nesse sentido, podemos fazer uma breve análise e nos perguntar quando vimos LIBRAS, AD e Braille nos veículos de comunicação de massa existentes no Brasil? É

---

<sup>16</sup> Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec\\_def.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf)

notório que os jornais impressos, por exemplo, sempre foi um grande obstáculo para as PDV, pois estas necessitam de alguém, para intermediar, ou seja, alguém que leia o jornal para ela. Já o rádio, por exemplo, seria uma ferramenta interessante, entretanto não usa uma linguagem, no qual, quem nunca enxergou possa entender, ou seja, não há como uma cega saber, por exemplo, se o jogador Neymar pintou ou cortou o cabelo, se esta nunca o viu. Neste sentido se faz necessária uma descrição mais apurada.

Já a TV que nos permite ouvir e enxergar a notícia, é a maior vilã das barreiras comunicacionais existentes, pois a imagem e o áudio se casam nesta ferramenta e isso faz com as PDV, pela falta de AD e as PDA, pela falta da janela de LIBRAS, não tenham acesso pleno ao que está sendo transmitido, desta forma, a mídia é deficitária.

A falta deste processo ressalta a importância da Cidadania Comunicativa, compreendida aqui como o exercício do direito pleno do cidadão, sua de participar e intervir nas ações sociais, pelos âmbitos comunicacionais, que segundo Mata:

*Ir más allá de su estatuto jurídico entender a la ciudadanía como la irrupción en la esfera pública de lo excluido, de lo negado, de lo que manifiesta el derecho a tener derechos, nos permite comprender por qué la protesta social y la acción colectiva son hoy dos categorías que se encuentran profundamente unidas a la condición ciudadana.*<sup>17</sup> (MATA, 2009. p 1)

Neste sentido, o cidadão, hoje, além de informado, pode ser produtor, receptor e compartilhador de informação. Conforme Mata, atualmente a noção de cidadania adquire novas possibilidades, pois as tecnologias de comunicação criaram novos espaços de coletividade e de organização social.

Consideramos que estas pessoas são minorias perante as pessoas ditas “normais”, porém acreditamos que é neste sentido que o Jornalismo deve agir, com a minoria, que muitas vezes é excluída, pois desta forma, através da informação, é que acontece a construção e o fornecimento de conhecimento social, reflexão e isonomia de “quem trata de obter, usufruir e ampliar os direitos, quem tem o poder legítimo e/ou legal de conceder e quem obstaculiza, perverte ou registra tais direitos” (MATA, 2006, p. 8). Desta forma, partindo do pressuposto de que não há o mesmo tratamento para as PcD e as pessoas ditas “normais”, a cidadania comunicativa, que trata de incluir todos, através da comunicação, em um só processo, não acontecem aqui. As PcD ficam à

---

<sup>17</sup> Ir mais além do estatuto jurídico e entender a cidadania como o surgimento, na esfera pública dos excluídos, do que é negado, o que manifesta o direito a ter direitos, vamos entender por que o protesto social e ação coletiva agora são duas categorias que estão profundamente ligados a condição cidadã. (tradução nossa)

margem da sociedade, pois elas não são vistas, bem como os seus direitos e suas necessidades. Neste sentido, podemos entender que;

a prática da cidadania comunicativa se dá num processo em que se reconhece a comunicação como alicerce para o exercício da cidadania, pois possibilita o agrupamento de interesses sociais distintos e particulares, necessidades e propostas, dando sentido a uma existência pública individual, representando a si mesma como coletiva e política. (BONITO, 2015, p. 166)

Desta forma, fica nítido que a cidadania e a informação andam lado a lado, pois o sujeito precisa de uma, para poder exercer a outra, ou seja, sem informação, não há como criar opiniões, construir concepções, definir laços em comum com o outro. Sem informação, o outro não existe.

Portanto, partindo do pressuposto que o jornalismo possui um caráter social, neste sentido ele deixa a desejar, ou seja, ele carece, fica capengo e devendo para a sociedade. Essas falhas, transformam o jornalismo em um jornalismo deficiente, como vamos abordar no próximo tópico.

### **3.2 Jornalismo deficiente**

Definido pela Organização Mundial de Saúde, o termo deficiência é usado para definir a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica. O termo diz respeito à atividade exercida pela biologia da pessoa, porém, o adjetivo deficiente, segundo Houaiss (2010), também pode ser compreendido por algo que tenha alguma falha e que não é suficiente sob o ponto de vista quantitativo. Desta forma, podemos chamar o jornalismo de deficiente tendo em vista a falha e a falta dele a respeito das pessoas que não podem ver ou ouvir.

O déficit do jornalismo existe antes mesmo do fato de eles não produzirem conteúdo de maneira que não tenha barreiras e que possa ser utilizado por todos, de maneira universal. A divergência começa a partir do termo utilizado para designar as PcD. Ouvimos o superado “portadores de deficiência”, que leva a entender que as pessoas carregam junto de si algum vírus, entretanto, quem porta algo, pode deixar de portar, ou seja, nos dias de chuva, por exemplo, portamos um guarda chuva, porém, nos dias de sol, não portamos. Entretanto, o cego ou o surdo não podem deixar de portar a sua surdez ou cegueira quando bem entender. O termo, apesar de ainda ser muito utilizado, além de ser antigo e inadequado, é incoerente. Outro termo muito usado é o “pessoas com necessidades especiais” (PNE) que vem do tempo da Nova Constituição

Brasileira de 1988<sup>18</sup>, também inadequado, estranho e incomodo, pois transmite uma ideia que essa pessoa precise de algo diferente, o que vai contra a prática do Desenho Universal, já explicado no capítulo anterior.

Reconhecemos que o jornalismo tem um déficit desde então, pois ele é incapaz de mostrar para a sociedade a designação correta para surdos, cegos, tetraplégicos, etc., no qual eles mesmos escolheram. O termo correto, “Pessoas com Deficiência” (PcD), foi escolhido em 2006 em uma convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, na sede das Nações Unidas, em Nova York, no qual participaram as PcD de todos os países que fazem parte da organização. No Brasil, o termo foi reconhecido e aprovado por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008<sup>19</sup>.

Desta forma, o termo correto, que foi promulgado em 2007, até hoje, quase dez anos depois, ainda não é reconhecido por quem comunica e informa, ou seja, se o jornalista falar o termo inapropriado, a sociedade, que não lê ou não sabe sobre os termos, vai continuar falando o termo inadequado, pois as questões problemáticas sobre as PcD não são discutidas. É um compartilhamento de desinformação.

Partindo do termo desinformação, podemos citar que até hoje, nenhum veículo de comunicação hegemônica se empenhou em produzir conteúdos acessíveis da forma que os Decretos e Leis submetem, ou seja, podemos compreender que as PcD, principalmente as sensoriais, não são tratadas como usuárias dos conteúdos jornalísticos.

Quando estive no Grupo RBS, muitos profissionais não compreendiam o que eu queria dizer com conteúdo jornalístico acessível. Achavam que eu me referia sobre matérias com personagens com deficiência, ou seja, por exemplo, quando uma pessoa considerada “normal” passa no vestibular, termina a faculdade ou consegue um emprego, isto não é notícia, entretanto, quando alguma pessoa com deficiência realiza estes objetivos, vira matéria de final de semana com direito à música emotiva. Vale ressaltar que esta matéria, na qual estas pessoas são personagens só pode ser lida/ouvida/assistida por quem é “vidente” ou “ouvinte”, pois não é acessível. Desta forma, podemos compreender que a comunidade surda e cega existente no RS só são visíveis para personagens de matérias, na qual, a temática é quase sempre a superação, pois, infelizmente, para a sociedade, um cego casar ou um surdo abrir o seu próprio negócio é tido como diferente.

---

<sup>18</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)

<sup>19</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm)

Neste sentido, cabe aqui ressaltar que no Brasil, segundo o último Censo Demográfico do IBGE, temos 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, isto representa 24% da população brasileira. No RS são 1.900.634 PDV e 617.344 PDA parcial ou total. Um número significativo e que não pode continuar a ser desconsiderado pelos veículos comunicacionais, tal como as leis existentes hoje, no qual diz respeito às PcD e comunicação.

Desde o final do ano 2000, há 16 anos, existem decretos e leis constitucionais que foram e são reformuladas até hoje, entretanto, poucas delas foram seguidas. Essas reformulações acontecem porque, conforme o tempo passa, elas se tornam carente perante as novas tecnologias, novos formatos, tanto na estrutura física, como arquitetura e construção civil, quanto à comunicação.

No âmbito comunicacional, as leis obrigam que portais ou sites de administração pública tenham recursos de acessibilidade (BRASIL, 2004, Art. 47), diferente das empresas privadas, no qual os decretos falam apenas de recursos, porém não tratam do conteúdo. Como, por exemplos, os recursos televisivos, conforme o artigo 52, do mesmo decreto, que exige a legenda oculta, áudio-descrição, entradas para fones de ouvido e a possibilidade de habilitar uma “janela” com intérprete de LIBRAS na TV. O artigo trata da “oferta de aparelhos de televisão equipados com recursos tecnológicos que permitam sua utilização de modo a garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva ou visual” (SIC) (BRASIL, 2004). Neste sentido, a tarefa fica nas costas das empresas que fabricam o eletrônico e não dos veículos de comunicação. Entretanto, em 2006 foi aprovada uma norma complementar – nº 01/2006 -, através da portaria nº 310 que tem por objetivo:

[...] complementar as disposições relativas ao serviço de radiodifusão de sons e imagens e ao serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, visando tornar a programação transmitida ou retransmitida acessível para pessoas com deficiência, conforme disposto na Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, alterado pelo Decreto nº 5.645, de 28 de dezembro de 2005. (BLOG DA AUDIODESCRIÇÃO, 2012)

Porém, nenhuma emissora de rádio ou TV cumpriu com a lei como devia. Conforme BONITO, “um dos principais argumentos para tal era a definição do padrão da TV digital no Brasil, que servia como argumento e desculpa para que a lei não fosse cumprida pelas emissoras” (BONITO, 2015, p. 69). Desta forma, os prazos para a implantação de acessibilidade na transmissão dos veículos foram estendidos. Em 2006, o Ministério das Comunicações publicou a portaria 310 oficializando a Norma

Complementar nº 1 que estabeleceu o cronograma de implantação e os requisitos técnicos para tornar a programação das TVs abertas acessíveis para PcD. No mesmo ano, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou o Decreto 5.820, que dispõe sobre a implantação do SBTVDT (Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre). Além de outras providências, o decreto estabeleceu o sistema japonês como modelo da TV digital no Brasil e que os dois sistemas (analogico e digital) deveriam coexistir por dez anos, quando então apenas o digital passaria a funcionar, entretanto não foi dessa vez que a programação jornalística obteve recursos de acessibilidade. Antes de vencer o prazo, a Norma caiu. As emissoras alegavam dificuldades técnicas e econômicas para a implantação dos recursos.

Em 2003, após uma consulta pública, o Ministério das Comunicações publica a portaria 985 propondo modificações na Norma Complementar sobre a transmissão acessível:

- 1) Torna o recurso da audiodescrição exigível apenas na programação veiculada pelas emissoras no sistema de televisão digital;
- 2) Altera o cronograma de implementação da audiodescrição originalmente proposto para iniciar em 2 horas por dia chegando a 100% da programação após 10 anos, para 2 horas por semana a partir de julho de 2011 chegando, no máximo, a 24 horas por semana após 10 anos;
- 3) Desobrigam as retransmissoras afiliadas às emissoras cabeças de rede de tornar acessível a programação própria. (BLOG DA AUDIODESCRIÇÃO, 2009)

Porém, essa norma também foi derrubada pelos argumentos já apresentados aqui. Hoje, a portaria nº 188<sup>20</sup> é a que está em vigor. Publicada em março 2010, a norma impõe que os canais tenham até 2020 para transmitir 20 horas semanais da programação com acessibilidade. Atualmente, em 2016, o mínimo estipulado são seis horas semanais, entretanto os canais concentram este tempo apenas para programas gravados, principalmente filmes, ou seja, não usam deste recurso nos programas jornalísticos.

Voltando ao assunto da minha visita ao Grupo RBS, é interessante ressaltar que os profissionais diziam que o recurso da AD não poderia ser utilizado no jornalismo, pois se tratavam de programas ao vivo, diferentemente dos filmes, ou seja, eles acreditam que este recurso é cabível apenas para programas gravados, entretanto, áudio-descrever, assim como LIBRAS, também podem ser realizados ao vivo, como já foi realizado em várias ocasiões, como, por exemplo, nas Paraolimpíadas de 2016.

Após essa incansável história de normas, discussões e descaso da mídia com os recursos disponíveis às PcD, é inevitável não repensarmos as práxis de produções

---

<sup>20</sup> Disponível em:

[http://www.mc.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=26611&catid=273](http://www.mc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26611&catid=273)

jornalísticas, visto que para o cego e o surdo existem várias barreiras que impedem o acesso deles às informações e ao conhecimento. A partir disso, mostramos como o jornalismo está defasado e deficiente, pois ao contrário de quem não enxerga e não ouve, ele é insuficiente, pois não comunica a todos de uma maneira igualitária. Portanto, além de os veículos ignorarem estas pessoas como usuárias de seus conteúdos, eles também ferem com os direitos delas, pois entendemos que a informação é a ponte de acesso a outros direitos. Não há informação acessível e, por isso, há restrições para que estas pessoas consumam de uma maneira igualitária e universal a informação.

Neste sentido, é visível que a produção de conteúdo acessível nas redações não acontece e não é pensada como parte do fluxo das práticas cotidianas. As PcD não são compreendidas da mesma maneira que as outras pessoas, com os mesmos direitos à Comunicação. Pude perceber, durante a minha pesquisa, *in loco*, até o Grupo RBS, que os profissionais entendem que utilizar dos recursos acessíveis iria custar a eles um tempo maior e com isso, um menor rendimento na hora de escrever matérias. Eles também entendem que é difícil incrementar a acessibilidade no chamado "jornalismo hard-news", que exige alta produção.

A partir disso, criamos o tópico a seguir. Desta maneira, explicamos como a acessibilidade comunicativa pode ser inserida nos conteúdos jornalísticos, a partir dos recursos disponíveis hoje para cada mídia.

### **3.3 Como produzir conteúdo jornalístico acessível?**

No jornalismo não costuma existir um manual para a produção de conteúdo acessível disponível nas redações, entretanto, o que acontece, quando o jornalista decide produzir um conteúdo acessível, é que o profissional consulta as PcD ou trabalha a partir do que encontra em sites na web.

Considerando as plataformas disponíveis para a produção e divulgação de conteúdos, temos os seguintes formatos de mídias: imagem, vídeo, texto e áudio. A partir disso, podemos destacar os recursos disponíveis para a produção de conteúdo acessível em seus formatos multimídia. Consideramos, neste trabalho, as deficiências sensoriais que prejudicam a cognição das informações. A seguir, apresentaremos os principais recursos para produção de conteúdos com acessibilidade comunicativa, de acordo com a tecnologia disponível e as exigências da Lei Brasileira de Inclusão<sup>21</sup>:

---

<sup>21</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)

- Recursos de acessibilidade para Pessoas com Deficiência Visual (PDV):

A audiodescrição ou AD, é um recurso composto por descrição narrada do visual. Conforme Motta e Romeu Filho, a AD;

[...] é um recurso de acessibilidade que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual em eventos culturais, gravados ou ao vivo, como: peças de teatro, programas de TV, exposições, mostras, musicais, óperas, desfiles e espetáculos de dança; eventos turísticos, esportivos, pedagógicos e científicos tais como aulas, seminários, congressos, palestras, feiras e outros, por meio de informação sonora. É uma atividade de mediação linguística, uma modalidade de tradução intersemiótica, que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar. Além das pessoas com deficiência visual, a audiodescrição amplia também o entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos e disléxicos. (MOTTA; ROMEU FILHO, 2010, p.11).

A AD surgiu na década de 70, nos Estados Unidos (EUA), a partir das ideias desenvolvidas por Gregory Frazier em sua dissertação de mestrado, entretanto, só em 1980 este recurso foi utilizado na prática. Através de recursos públicos para tornar seus eventos mais acessíveis, o *Arena Stage Theater*, localizado em Washington DC, contou com a AD de *Major Barbara*, primeira peça exibida com este recurso. Margaret Rockwell, PDV e fundadora do serviço de leitores via rádio e o seu futuro marido, foram os audiodescritores da peça. Eles também foram responsáveis pelas primeiras AD em fita cassete usadas em visitas a museus, parques e monumentos nos EUA, além de contribuir de maneira significativa para levar a AD à televisão, em 1982.

No Brasil, este recurso foi utilizado pela primeira vez, em 2003, durante o festival temático Assim Vivemos: Festival Internacional de Filmes sobre Deficiência. Dois anos depois, a AD apareceu em DVD, com o filme *Irmãos de Fé*.

No âmbito jornalístico, este recurso não é muito utilizado. Neste contexto, além de poder ser utilizada na TV ou em vídeos utilizados em outras plataformas, a AD também pode ser utilizada para texto e foto. Na internet, este recurso pode ser usado na descrição de fotos, infográficos e ilustrações, através da legenda alternativa, como explica Paulo Romeu Filho, do Blog da Audiodescrição;

[...] em páginas Web, o texto alternativo deve constar no atributo "alt" do elemento <img>. Em documentos digitais, como os gerados a partir do Microsoft Office Word, Microsoft PowerPoint, Libre Office Writer e Libre Office Impress, é possível inseri-lo acessando as propriedades da imagem. (BLOG DA AUDIODESCRÇÃO, 2016)

Neste sentido, as PDV podem utilizar softwares<sup>22</sup> específicos para a leitura dessas legendas, entretanto, os sites noticiosos também podem disponibilizar o áudio através de plataformas próprias para este recurso, como, por exemplo, o SoundCloud<sup>23</sup>. Na TV, um bom exemplo do uso da AD, é o nosso objeto de pesquisa, o Grupo RBS, que recentemente, no programa Jornal do Almoço, exibido no dia 28 de Setembro de 2016<sup>24</sup>, testou o uso do recurso no programa pela primeira vez.

Na ocasião, a empresa chamou um grupo de consultores, ou seja, PDV, para o teste, pois há uma questão técnica por trás da AD. Em caso de programas gravados, os roteiros precisam conter o tempo inicial e final das inserções, ou seja, a AD, deve casar com a imagem, pois deve acontecer preferencialmente entre os diálogos (ALVES;ARAÚJO;MAUCH;NAVES 2016). Um fator importante da AD é a narração. Uma boa descrição precisa ser clara, simples, objetiva e fluída, pois ela “não é um elemento que participa da construção do significado na elaboração de uma obra. Porém, quando colocada junto à obra, passa a ser elemento de composição do significado para quem se utiliza dela” (ALVES;ARAÚJO;MAUCH;NAVES, 2016, p. 11). Outro fator importante na hora de descrever é o uso dos adjetivos. Estes são responsáveis por mostrar ao telespectador as expressões de humor e as características de quem aparece na tela. Neste sentido, também se recomenda que as cores sejam descritas, pois;

Grande parte das pessoas com deficiência visual tem ou já teve alguma visão útil e, portanto, a memória de cores. As pessoas com cegueira congênita também atribuem significado para as cores. Objetivamente, as cores devem ser nomeadas por se tratar de objeto de significado sociocultural. As cores são empregadas em diferentes situações e contextos da vida em sociedade porque fazem parte de um sistema de códigos, símbolos e convenções. (ALVES;ARAÚJO;MAUCH;NAVES, 2016, p. 15)

Em relação aos programas ao vivo, o audiodescritor também precisa de um roteiro, conforme o Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis;

---

<sup>22</sup> Esses softwares interagem com o sistema operacional, capturando as informações apresentadas na forma de texto e transformando-as em resposta falada através de um sintetizador de voz. Para navegar utilizando um leitor de tela, o usuário faz uso de comandos pelo teclado. O leitor de tela também pode transformar o conteúdo em informação tátil, exibida dinamicamente em Braille por um hardware chamado de linha ou display Braille, servindo, em especial, a usuários com surdocegueira. Disponível em: <http://emag.governoeletronico.gov.br/cursosdesenvolvedor/introducao/tecnologia-assistiva-leitores-de-tela.html>

<sup>23</sup> Plataforma online de publicação de áudio. Disponível em: <https://soundcloud.com/>

<sup>24</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/jornal-do-almoço/videos/t/edicoes/v/debate-de-candidatos-a-prefeitura-de-porto-alegre-na-rbs-tv-tera-audiodescricao/5337693/>

Em programas veiculados ao vivo, a audiodescrição precisará, também, ser veiculada ao vivo. De qualquer modo, o audiodescritor poderá elaborar um pré-roteiro para não entrar no ar sem qualquer informação sobre o programa. Assim, é necessário que o audiodescritor receba previamente os materiais necessários, tais como o roteiro do programa, matérias gravadas que serão apresentadas. (ALVES;ARAÚJO;MAUCH;NAVES, 2016, p. 12)

Desta forma, a audiodescrição funciona como os jornais televisivos, pois estes também seguem um pré-roteiro. Um telejornal é composto por reportagens, porém, antes mesmo dos apresentadores verem a reportagem, eles já possuem a cabeça<sup>25</sup> da matéria em mãos, ou seja, já sabem relativamente o que colocarão no ar.

Para ter acesso a AD na TV, é necessário que o aparelho televisor tenha um segundo canal de áudio. Através dele, o telespectador clica na tecla *Second Audio Program* (SAP) disponível no controle remoto do aparelho. Já na internet, os canais de vídeo não possuem um segundo canal de áudio, o que acaba dificultando o processo. Desta maneira, as AD, podem ser realizadas através de plataformas que trabalham só com áudio, como já citado neste capítulo ou então ficarem acopladas no vídeo, sem opção de retirar.

Outro recurso disponível é o Braille. Esse sistema foi inventado na França por *Louis Braille*, um jovem cego, em 1825. No Brasil, o uso deste recurso iniciou em 1854, com a inauguração do Instituto Benjamin Constant<sup>26</sup>, no Rio de Janeiro. Conforme o site Nova Escola<sup>27</sup>, o Brasil foi o primeiro país da América Latina a adotar o Braille. Hoje, o país possui a Comissão Brasileira do Braille (CBB), instituída pela portaria GM/MEC, nº 319/1.999<sup>28</sup>, alterada pela Portaria GM/MEC, nº 1.200/2008<sup>29</sup>, no qual visa o desenvolvimento de uma política de diretrizes e normas para o uso, ensino, produção e a difusão do sistema.

O uso do Braille dá-se através do tato, pois funciona como um processo de escrita e leitura com símbolos em alto relevo. Ao todo são 64 símbolos, que se configuram através de até seis pontos dispostos em duas colunas de três pontos cada. A leitura do Braille é feita da esquerda para a direita, ao toque de uma ou duas mãos ao mesmo tempo. Conforme o blog Bengala Legal, podemos entender que;

---

<sup>25</sup> Lead da matéria.

<sup>26</sup> Mais informações em: <http://www.ibc.gov.br/>

<sup>27</sup> Disponível em: <http://novaescola.org.br/conteudo/397/como-funciona-sistema-braille>

<sup>28</sup> Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=14047-port319-26fev-1999&category\\_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14047-port319-26fev-1999&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192)

<sup>29</sup> Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=14050-port1200-25set-2008&category\\_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14050-port1200-25set-2008&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192)

O sistema Braille é empregado por extenso, isto é, escrevendo-se a palavra, letra por letra, ou de forma abreviada, adotando-se códigos especiais de abreviaturas para cada língua ou grupo linguístico. O braille por extenso é denominado grau 1. O grau 2 é a forma abreviada, empregada para representar as conjunções, preposições, pronomes, prefixos, sufixos, grupos de letras que são comumente encontradas nas palavras de uso corrente. (Bengala Legal, 2001)

Neste sentido, a escrita do Braille é realizada através da reglete ou do punção. Essas ferramentas são parecidas com uma régua e uma agulha. Essa forma de escrita, é semelhante a quem escreve a mão, entretanto, o Braille também pode ser impresso com máquinas estereotipadas, similar às máquinas de datilografia.

No Jornalismo, este recurso pode ser utilizado por jornais impressos. Um bom exemplo disso é o jornal Diário de Pernambuco<sup>30</sup>, que em abril de 2008, lançou a sua primeira<sup>31</sup> versão do jornal em Braille. O projeto foi executado pelo jornalista Marcondes Brito, o qual conquistou o Prêmio Esso de Jornalismo 2008, na categoria Melhor Contribuição à Imprensa, entretanto, a versão em Braille teve um fim. Cinco meses depois do lançamento, os exemplares com esse recurso foram abortados por falta de patrocínio, pois eles eram distribuídos gratuitamente às entidades das PDV.

- Recursos de acessibilidade para Pessoas com Deficiência Auditiva (PDA):

Como dito anteriormente, o teste do Grupo RBS, primeiro da empresa neste sentido, deu-se porque um dia depois ia ser transmitido um debate político na emissora, pois conforme a Lei nº 13.146, do Capítulo IV – Do direito a participação da vida pública e política, este garante às PcD que possam assistir as propagandas eleitorais obrigatórias e debates políticos com os seguintes recursos: AD, Janela com intérprete de LIBRAS e Legenda Oculta. Além de AD, o debate político<sup>32</sup> com transmissão ao vivo, também contou com um outro tipo de recurso para produção de conteúdo acessível, a LIBRAS.

A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, trata-se de uma língua realizada por gestos. Diferente da AD, a LIBRAS é regulamentada por lei. Através do Decreto nº 5.626, a Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002, a LIBRAS foi incluída como disciplina curricular, bem como a formação do intérprete de Libras. A LIBRAS é um recurso

---

<sup>30</sup> Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/>

<sup>31</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=HHWq32rY\\_qo](https://www.youtube.com/watch?v=HHWq32rY_qo)

<sup>32</sup> Disponível com LIBRAS em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2016/noticia/2016/09/candidatos-prefeito-de-porto-alegre-comparam-propostas-na-rbs-tv.html>

utilizado em vídeos, chamado Janela de Interpretação de Língua de Sinais. Este recurso pode ser entendido como;

[...] espaço destinado à tradução entre uma língua de sinais e outra língua oral ou entre duas línguas de sinais, feita por Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS), na qual o conteúdo de uma produção audiovisual é traduzido num quadro reservado, preferencialmente, no canto inferior esquerdo da tela, exibido simultaneamente à programação.

(ALVES;ARAÚJO;MAUCH;NAVES, 2016. p. 10)

Neste sentido, para o uso da janela de LIBRAS, há normas quanto ao espaço na tela, ou seja, ela deve garantir a visibilidade do intérprete, porém, não pode comprometer o que está sendo mostrado. Diante disso, temos as medidas apresentadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT<sup>33</sup>, através da NBR 15290:2005, no tópico “Acessibilidade em comunicação na televisão”, que indica;

- a) a altura da janela deve ser no mínimo metade da altura da tela do televisor;
- b) a largura da janela deve ocupar no mínimo a quarta parte da largura da tela do televisor;
- c) sempre que possível, o recorte deve estar localizado de modo a não ser encoberto pela tarja preta da legenda oculta;
- d) quando houver necessidade de deslocamento do recorte na tela do televisor, deve haver continuidade na imagem da janela. (ABNT, 2005, p. 9)

Bem como o enquadramento da janela, também existem as normas para o enquadramento do intérprete dentro da janela. Desta forma, o enquadramento considerado é de 10 cm acima da cabeça do intérprete na parte superior do quadro e na parte inferior, logo abaixo do umbigo (ALVES; ARAÚJO; MAUCH; NAVES, 2015). Quanto as laterais, o indicado é “o espaço máximo dos cotovelos no momento em que os dedos médios se tocam em frente ao peito” (ALVES; ARAÚJO; MAUCH; NAVES, 2015, p. 26).

Para o uso deste recurso, é necessário que o tradutor/intérprete seja certificado pelo Exame Nacional para Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da LIBRAS/Língua Portuguesa – ProLIBRAS, pois assim como a Língua Portuguesa, a Língua de Sinais também possui especificidades no seu vocabulário, a partir de determinadas regiões.

Outro recurso disponível é a Legenda para Surdos e Ensurdidos (LSE), utilizado no sistema Closet Caption (CC), que trata de;

---

<sup>33</sup> Órgão que se destina a padronizar as técnicas de produção feitas no país.

[...] tradução das falas de uma produção audiovisual em forma de texto escrito, podendo ocorrer entre duas línguas orais, entre uma língua oral e outra de sinais ou dentro da mesma língua. Por ser voltada, prioritariamente, ao público Surdo e Ensurdido, a identificação de personagens e efeitos sonoros deve ser feita sempre que necessário (ALVES; ARAÚJO; MAUCH; NAVES, 2016, p. 10)

Portanto, este tipo de legenda é diferente das legendas normais, pois, além de indicar as falas, também indicam outros sons presentes na cena, como, por exemplo, chuva, choro, vidro quebrando, etc... Desta forma, essas legendas merecem um pouco mais de atenção, porque nas legendas normais, que possuem só a fala dos personagens “são utilizadas, no máximo duas linhas, as quais devem ter, no máximo, 37 caracteres cada uma” (ALVES; ARAÚJO; MAUCH; NAVES, 2016, p. 32), entretanto, se tratando de LSE, que necessita dos nomes dos personagens, barulhos que compõem a cena e da fala na legenda, quem assiste também precisa de uma pausa de reflexão, para interligar as informações da LSE e da imagem. É necessário que a leitura da legenda, seja compatível com a fala dos personagens. Para que haja essa harmonia, é preciso considerar que;

[...] existem três velocidades as quais um espectador pode assistir confortavelmente a uma produção audiovisual: 145, 160 ou 180 palavras por minuto (ppm). Todas às vezes em que a velocidade da fala for maior do que 180 ppm, essa precisará ser editada para que o espectador possa mover os olhos da legenda para a imagem para poder acompanhar confortavelmente a produção audiovisual (ALVES; ARAÚJO, MAUCH; NAVES, 2016 p. 33)

Desta forma, o local onde a legenda é inserida na tela também contribui para a percepção do acontecimento da cena, ou seja, a legenda normalmente ocupa a parte inferior da tela e fica em posição centralizada. Essa posição é uma das melhores, pois além de ocupar um menor espaço na tela, não atrapalha quem não precisa dela, porém facilita a movimentação ocular do espectador que lê a legenda e a confirma na imagem.

Podemos considerar que estes recursos de acessibilidade, desinibem as barreiras, obstáculos e os entraves, tornando o conteúdo disposto, num conteúdo universal, conforme todos os cidadãos, de maneira igualitária, podem acessar, como destaca a Lei nº 13.146;

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015)

Portanto, através destes recursos, previstos em lei, é dada a condição para que os surdos e cegos utilizem, com segurança e autonomia dos meios de comunicação e suas informações.

Apresentamos aqui, recursos disponíveis para todas as mídias e para diferentes espaços que o jornalismo abrange. Produzir conteúdo acessível não é uma tarefa fácil, porém, entendemos que tudo o que é novo, parece ser um pouco difícil. Podemos comparar esta situação, por exemplo, como quando o Jornalismo migrou para a Internet.

Produzir conteúdo acessível, é um processo que precisa de capacitação, produção e pessoal, entretanto, é um procedimento que já devia ser rotina nas redações, junto com as práticas jornalísticas, se relevarmos o número de PcD que não estão sendo informadas devidamente pelo jornalismo hoje em dia.

Não existe um manual, no entanto, o modo de fazer está disponível na Internet e em Blogs que as próprias PcD criaram, ou seja, quem melhor que as próprias pessoas que vivem com a deficiência, para dizer como fazer uma produção acessível? Porém, na minha visita ao Grupo RBS, eu pude notar como a temática deste trabalho é nova e desconhecida nas redações. No capítulo a seguir, faremos uma análise da visita com um relato dos procedimentos metodológicos, explicando como chegamos até a execução e ao último capítulo deste trabalho.

## 4 PROCESSO METODOLÓGICO E ANALÍTICO

Quando resolvemos fazer o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) voltado à PcD, primeiramente tínhamos a ideia de construir um produto jornalístico, ou seja, iríamos produzir um site acessível e até dezembro do ano passado esse era o objetivo. Depois de muito pensar e pesquisar, percebi que isto já existia. Na própria Universidade Federal do Pampa (Unipampa) alguns alunos já produziram vários materiais com recursos já apresentados no capítulo anterior. Logo, identifiquei que, comparando ao mercado de trabalho, isso era incomum, pois nas minhas pesquisas a produção de conteúdo jornalístico acessível era quase inexistente.

Após isso, comecei a me perguntar o porquê disso ser um acontecimento raro nas produções jornalísticas do dia a dia. Como todo o processo de uma notícia inicia em uma redação, neste instante concluí que era ali que a minha pesquisa deveria iniciar.

No início do ano letivo de 2016, apresentei a nova ideia para o meu orientador. Por mais que já tínhamos elaborado algumas páginas no pré-projeto com a temática anterior, resolvemos iniciar do zero. Neste instante, o trabalho que seria um projeto experimental, mudou para monografia, com novos objetivos, justificativa e metodologias.

Podemos entender a monografia como uma passagem, pois;

implicam uma ruptura com o processo de mera produção do já sabido, do já apreendido e promovem crescimento e maturidade intelectual na medida em que pressupõe estabelecimento de novas relações entre o que já se sabe/já se conhece, além de estabelecer a relação de interdependência existente entre os universos teórico e prático. (LIMA, 2008, p. 11)

Neste sentido, devemos considerar que escrever uma monografia, trata-se de escrever um trabalho a partir de observações e de análise, indagando sobre seus porquês, para poder apresentar o seu resultado. Esse processo é dividido entre o já sabido, pois aprendemos antes de chegar ao TCC sobre iniciação científica e entre o que vamos conhecer, que se configura as respostas da pesquisa.

Para a realização da monografia há vários processos a serem seguidos. O primeiro passo do processo metodológico deste trabalho foi identificar a problemática, pois “um problema mal formulado será um problema mal resolvido” (BACHELARD, 1981, p. 134) neste sentido, elaboramos nossa pergunta problema colocando a redação jornalística como o objeto de análise para poder compreender a maneira que a

acessibilidade comunicativa pode influenciar a prática jornalística, deste modo, questionamos a prática e o fazer, ou seja, o problema em questão, a falta de conteúdo acessível, no seu ponto de partida, a redação.

Depois da pergunta problema, realizamos a pesquisa da pesquisa, ou seja, fizemos um mapeamento para poder compreender o que já existia de publicado nesse âmbito. A pesquisa foi realizada na internet, em plataformas específicas de hospedagem de trabalho científico. A pesquisa exploratória se faz necessária para a “construção contextualizada em termos teóricos e empíricos do tema” (LIMA, 2008, p. 19), a partir disso, encontramos justificativas para subsidiar a escolha do objeto. Com isso, também estipulamos os objetivos que gostaríamos de alcançar com a pesquisa. Procuramos as bibliografias referentes à temática, bem como, elaboramos os termos para a discussão teórica do trabalho, ou seja, fundamentamos, através de publicações e de autores já lidos por nós neste processo, como explica a pesquisadora Jiani Bonin;

A pesquisa exploratória se realiza através de aproximações empíricas ao fenômeno concreto a ser investigado com o intuito de perceber seus contornos, nuances, singularidades. Tatear o fenômeno, explorar aspectos que interessam à problemática em construção, na sua feição concreta, caracterizam este processo. (BONIN, 2011, p. 5)

Neste sentido, apesar de existir poucas pesquisas voltadas a essa problemática, este fato apenas nos deu mais certeza que precisávamos realmente investir no nosso projeto, pois ele era raro e necessário. Como havia muitos trabalhos voltados à acessibilidade, entretanto, com outras direções, percebemos que eles utilizavam bastante das leis e decretos publicados a favor das PcD. Diante disso, levantamos todas as leis, porém ligadas à comunicação, que se fazem presente neste trabalho. Outra boa referência foram os blogs e sites que as próprias PcD criaram.

Outra fase na construção deste processo foi definir as estratégias metodológicas utilizadas, no qual “viabilizarão o processo de identificação, coleta, registro seleção, tratamento, descrição, interpretação e/ou análise do material” (LIMA, 2008, p. 20) para a elaboração pesquisa, ou seja, para a análise do objeto, utilizamos da pesquisa documental e bibliográfica, pesquisa de campo, estudo de caso, observação não participante e entrevista em profundidade. No tópico a seguir, iremos abordar especificamente cada uma dessas metodologias e explicar como cada uma delas foram aplicadas neste trabalho.

## 4.1 Metodologia

Segundo a pesquisadora Jiani Bonin (2011) a metodologia pode ser descrita como dimensão que norteia, orienta e encaminha os processos de construção da pesquisa, em todos os seus níveis, ou seja, o método implica nas operações, experimentações e procedimentos do trabalho. Hoje, construir teoria e metodologia, conforme Maldonado, “implica a realização de intensos investimentos de caráter cognitivo, lógico, vivencial, histórico e político” (MALDONADO, 2002, s/ p.), portanto, a metodologia pede uma reconfiguração, na qual ultrapasse a dimensão teórica da dimensão metodológica, tornando-se transmetodológica, na qual podemos definir como;

Uma vertente epistemológica que afirma a necessidade de confluência e confrontações entre vários métodos, realizando processos de atravessamentos lógicos, desconstrução estrutural, reconstruções estratégicas e problematizações redefinidas, em cada empreendimento/projeto de investigação iniciado. Nutre-se de conhecimentos transdisciplinares, na dimensão teórica, e promove estratégias de exploração, experimentação e reformulação metodológicas. (MALDONADO, 2012, p. 31)

Neste sentido, podemos compreender que elaborar uma pesquisa transmetodológica, é realizar um processo, no qual as metodologias, inúmeras e diferentes, se tornam mistas, entrelaçando-se no desenvolver da pesquisa. Neste trabalho, mesclamos entre o teórico, o metodológico e a pesquisa empírica. A partir disso, podemos criar uma linha lógica, pois uma precisa da outra para a melhor compreensão do nosso objeto.

O processo para o desenvolvimento deste trabalho, primeiramente, deu-se através da pesquisa bibliográfica e documental, que caracteriza o levantamento de toda a bibliografia já publicada (LAKATOS, MARCONI, 2011, p. 43), ou seja, fundamentar a pesquisa, buscando no âmbito dos periódicos, informações e publicações a respeito do tema aqui proposto. Neste sentido, podemos entender que;

No contexto de pesquisa acadêmica, os textos teóricos assumem uma importância relevante, tanto como apoio para o pesquisador formular e justificar os problemas e as hipóteses que irá explorar como na definição de um método de interpretação e/ou análise da questão tratada (explicitando no conteúdo do quadro teórico da monografia ou do relatório de pesquisa) e no contexto do exercício analítico da problemática. (LIMA, 2008, p. 49)

Diante disso, o levantamento desse material foi crucial para compreendermos a lógica do uso dos recursos acessíveis nos meios de comunicação. A pesquisa bibliográfica e documental se fez presente desde o início deste processo, pois junto com a pesquisa da pesquisa, nós já procurávamos nossas referências. Esta pesquisa iniciou na biblioteca da universidade e logo após na internet. Fomos até as plataformas que comportam artigos, monografias, dissertações e teses e procuramos, através de palavras-chave, abordagens semelhantes a nossa. Há vários trabalhos relacionados com acessibilidade, mas raros ligados ao jornalismo. Os mais comuns encontrados eram associados à educação, arquitetura e ao sistema de informação, o que não nos afetou, pois apesar de sentirmos uma carência da nossa área nesses materiais, conseguimos reunir fragmentos de cada trabalho, ou seja, como não foi encontrado um número significativo de abordagens relacionadas à nossa, os semelhantes tratavam-se de assuntos relacionados a ferramentas que tornavam sites acessíveis, neste sentido, percebemos o grande uso e que se tornou a nossa maior sustentação referencial neste processo: as leis e decretos, os direitos humanos e os websites produzidos pelas próprias PcD.

Diante disso, também usamos da pesquisa de campo como método. Podemos entender que esta técnica funciona como uma coleta de dados, pois;

A pesquisa de campo pressupõe a apreensão dos fatos/variáveis investigados, exatamente onde, quando e como ocorrem. Nessas circunstâncias, o pesquisador deve definir o que e como irá apreender a realidade, considerando as especificidades do que está investigando. (LIMA, 2008, p. 70)

Assim, partindo do pressuposto de apreender a realidade, decidimos ir até ao grupo RBS, em Porto Alegre, e permanecer em suas redações por uma semana para acompanhar o processo jornalístico dos repórteres, editores e chefes da empresa para um estudo de caso. O estudo de caso, segundo o professor Gilberto Martins, é o método que “começa com a permissão para realiza-lo e um plano incipiente, que vai delineando-se mais claramente à medida que se desenvolve” (MARTINS, 2008, p. 10), pois cabe a este projeto analisar e compreender, como a acessibilidade comunicativa pode contribuir para a prática cotidiana do jornalismo e contribuir para o entendimento da importância da comunicação acessível em prol da inclusão social das PcD na sociedade. Nesta visita, usamos da observação como passo inicial para a investigação;

As técnicas observacionais são procedimentos empíricos de natureza sensorial. A observação, ao mesmo tempo em que permite a coleta de dados de situações, envolve a percepção sensorial do observador, distinguindo-se, enquanto prática científica, da observação da rotina diária. (MARTINS, 2008, p. 23-24)

Neste caso, em relação a esse procedimento, existem duas formas de fazê-lo, a observação participante e a observação não participante. A diferença entre esses dois métodos é que na primeira, o pesquisador age como os informantes e na segunda o pesquisador apenas observa os informantes. Desta forma, a observação não participante me permitiu obter dados sem intervi-los, ou seja, sem provocar alterações no comportamento dos observados. Nos cinco dias que eu estive *in loco*, realizamos um diário de campo com as anotações seguintes das observações.

Junto à observação, outra técnica utilizada na pesquisa de campo foi a entrevista, no qual;

Trata-se de uma técnica de pesquisa para coleta de dados cujo objetivo básico é entender e compreender o significado que os entrevistados atribuem a questões e situações, em contextos que não foram estruturados anteriormente, com base nas suposições e conjecturas do pesquisador. (MARTINS, 2008, p. 27)

Neste sentido, realizamos uma entrevista semi-estruturada, pois foi orientada por um roteiro previamente definido, desta forma, configuramos a entrevista realizada como uma entrevista em profundidade, no qual o objetivo básico “é entender e compreender o significado que os entrevistados atribuem a questões e situações” (MARTINS, 2008, p. 26). Diante disso, foram entrevistados profissionais de diferentes áreas da empresa (jornal impresso, web, tv e sistema da informação), de ambos os sexos e de diferentes idades. Todas as entrevistas foram gravadas, entretanto, os entrevistados possuem anonimato na pesquisa. Ao todo, foram criados três tipos de roteiros de entrevistas, um voltado aos repórteres, outro destinado aos cargos de chefia (diretor, editor e chefe de reportagem) e o terceiro, que envolve os técnicos de sistemas da informação.

Apesar da entrevista possuir uma estrutura e perguntas pré-definidas, no momento de fazê-la surgiram outras questões, como vamos explicar no próximo tópico, na qual também vamos relatar a nossa análise empírica.

## 4.2 Análise Empírica

Quando construímos a ideia de analisar a rotina jornalística dos jornalistas e a existência da acessibilidade comunicativa na produção de seus conteúdos, logo pensamos no Grupo RBS como objeto, pois esta é a maior empresa de comunicação do estado e também trabalha com diferentes mídias, o que daria uma maior compreensão da real situação da temática dentro das redações.

Antes da pesquisa *in loco*, apuramos informações sobre a empresa. Neste sentido, levantamos alguns dados, tais como: número de funcionários, áreas de atuação, sua história, guias e políticas que a empresa segue. Diante disso, também coletamos alguns e-mails de profissionais de dentro do grupo para que pudéssemos fazer o primeiro contato com a empresa. A comunicação deu-se por e-mail. Logo que enviamos o pedido para a permissão da pesquisa *in loco*, marcamos a data para fazê-la. A pesquisa foi realizada do dia 11 ao dia 15 de Julho, nas duas sedes da empresa. A data foi escolhida por nós, pois era o melhor para mim, por conta das férias de inverno na Universidade.

Os três primeiros dias foram concentrados na sede da Av. Ipiranga, no bairro Azenha, em Porto Alegre. Lá, ficam as redações do rádio, jornal impresso e do jornal digital do grupo RBS. Durante os três dias, eu chegava à redação por volta das 9h da manhã e saía no início da noite. Deste modo, participei de reuniões de pauta, apuração, construção das matérias e fechamento. Em meio a isso também realizei entrevistas<sup>34</sup> com repórteres, chefes, editores e técnicos da informação.

A maioria das pessoas entrevistadas associavam a palavra acessibilidade com reportagens que tratavam de PcD como personagens das matérias. Muito deles acreditam que essa era uma boa maneira de mostrar essas pessoas para a sociedade e também como uma forma de tentar garantir os seus direitos. Entretanto, quando eu explicava o que significava a acessibilidade na comunicação, ouvia o seguinte;

Acho que é um desafio bem grande garantir que a informação chegue a todos os públicos. Acho que a gente peca muito nisso. Estamos bem longe de garantir uma comunicação acessível. Não é discutido e quando não é discutido, ninguém reflete sobre e ninguém faz (informação verbal)<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> Disponível no Anexo A.

<sup>35</sup> Repórter, L. Entrevista. [Julho. 2016]. Entrevistadora: Letícia Paola Beilfuss. Porto Alegre, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo A desta monografia.

Neste sentido, também podemos destacar que, além da empresa estar longe de garantir a comunicação com os recursos disponíveis, os profissionais não estão habilitados para trabalhar com esses meios. Isso ficou muito claro quando eu fazia a pergunta número três do nosso pré-roteiro, que falava sobre a preparação na formação profissional, para trabalhar com produção de conteúdo acessível dentro do jornalismo.

Desta forma, compreendemos que os veículos de comunicação ainda tem muito que avançar, pois os próprios profissionais compreendem que estão agindo de maneira inadequada, neste sentido e fazem uma *meia culpa*, como cita um entrevistado do jornal impresso e digital;

Acho que a sociedade esta avançando, as minorias pedindo cada vez mais espaço e requisitando e reivindicando direitos e acho que a gente precisa se alinhar a isso imediatamente, até pra poder cobrar né. Um dos papeis do Jornalismo é justamente cobrar que os direitos sejam de fato atendidos. Se a gente não atende, a possibilidade de a gente cobrar, pode se encolher. É um problema que não estamos preparados para enfrentar (informação verbal).<sup>36</sup>

Podemos observar com esse depoimento retirado da resposta da pergunta número um do nosso pré-roteiro, que fica muito visível o rompimento entre a teoria e a prática, pois existe um discurso sobre o papel social do jornalista e a relação dele perante a sociedade que, neste caso, fica a desejar e que mostra que há uma grande incoerência.

Outro episódio que aconteceu durante estes três dias e que merece um destaque neste capítulo é o fato de que a maioria, tanto repórter, quanto os editores, citavam as duas meninas cegas que trabalham na redação. A maneira como as pessoas falavam delas pra mim, transmitia que, deste modo, eles já faziam a parte deles perante as PDV. Muitas vezes, quando eu me apresentava para os entrevistados e apresentava o tema do trabalho, eles já citavam as duas meninas, como se fosse obrigação delas me responder.

Entrando no âmbito dos episódios que merecem destaque, notei também que depois do primeiro dia, as pessoas fugiam de mim. Acredito que, como elas já sabiam do que se tratava a pesquisa e que um profissional poderia contar para o outro sobre, ficaram com receio de responder. Muitas pessoas me recebiam bem, esperavam eu me apresentar e logo que eu falava da temática, criavam alguma desculpa para não participar.

Em nenhum dos dias que eu estive na redação localizada na sede da Avenida Ipiranga eu ouvi sobre a produção de conteúdo acessível, o que não aconteceu apenas

---

<sup>36</sup> Repórter, P. Entrevista. [Julho. 2016]. Entrevistadora: Letícia Paola Beilfuss. Porto Alegre, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo A desta monografia.

nos dias em que eu estava inserida na redação, mas sim por não ser um costume da empresa, como relata o entrevistado P;

Acho que os editores não tem essa cultura de preocupação e não é enraizado no nosso dia a dia esse tipo de questionamento e de como direcionar os conteúdos para estas pessoas. Acho que isso tem que partir de alguém, mas não tenho dúvidas que meus colegas colheriam isso com prazer, até por levar em conta o papel do Jornalista com a sociedade (informação verbal)<sup>37</sup>

Bem como a preocupação em produzir conteúdo acessível é inexistente na empresa, os profissionais também não demonstram que pensam nisso, ou seja, na pergunta número cinco, no qual perguntamos se o profissional produz ou já produziu alguma reportagem com conteúdo acessível, foram poucos os que possuíam esta experiência. Alguns deles acreditam que isso está associado com o fator tempo, pois, segundo ele, “ou se contrata alguém para fazer só isso ou o repórter vai fazer as duas coisas, mas com uma produção menor” (informação verbal)<sup>38</sup>. Neste sentido, podemos considerar, como foi dito no Capítulo 2 deste trabalho, que a realidade prática cotidiana é muito diferente do que estamos acostumados a ler nos livros. Infelizmente, apesar de ser da área das sociais, o jornalismo hoje trabalha com números, ou seja, com quantidade. O que interessa é quantas matérias foram publicadas e quantos *likes* ela possuiu nas redes sociais.

No meu último dia na redação da Ipiranga, na quarta-feira, eu pude notar que estes profissionais realmente não sabiam do que eu estava falando. As pessoas entrevistadas acham que ter acesso à informação é um direito de todos, mas na prática, infelizmente, isso deixou a desejar, como relata uma editora da ZH ao ser indagada sobre a importância de se produzir conteúdo acessível, “Acho que o Jornalismo, neste sentido, ajuda a formar o cidadão” (informação verbal)<sup>39</sup>, entretanto, a mesma pessoa informou que poderiam fazer muito mais relação à comunicação acessível.

Segundo o Técnico de Informação, o M, a empresa nunca realizou uma pesquisa sobre PcD como usuário, ou seja, não tinham conhecimento algum sobre o número de pessoas do estado que possuem algum tipo de deficiência. No último dia, 10 pessoas não quiseram dar entrevista, entretanto, eu tive o prazer de conversar com uma editora

---

<sup>37</sup> Repórter, P. Entrevista. [Julho. 2016]. Entrevistadora: Letícia Paola Beilfuss. Porto Alegre, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo A desta monografia.

<sup>38</sup> Repórter, C3. Entrevista. [Julho. 2016]. Entrevistadora: Letícia Paola Beilfuss. Porto Alegre, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo A desta monografia

<sup>39</sup> Editora, F. Entrevista. [Julho. 2016]. Entrevistadora: Letícia Paola Beilfuss. Porto Alegre, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo A desta monografia

que demonstrou vontade. Segundo ela, as artes e os infográficos só vão para o site depois que as duas profissionais cegas que trabalham lá os testam;

Esses dias a gente estava desenvolvendo uma ferramenta nova de enquete e a gente até atrasou a matéria porque eu pedi para que o pessoal da redação testasse. Aí as meninas cegas, vieram e falaram que tinham dificuldade para ter acesso, então eu e mais o guri do design entramos em desespero até encontrar uma solução, mas encontramos. Acho que a gente só não faz mais do que a gente faz por falta de gente. Mas mesmo assim, eu acho que nós estamos melhores do que outros jornais. Não vejo essa preocupação em outros veículos (informação verbal)<sup>40</sup>

Neste sentido, podemos considerar que há uma preocupação, em partes, na produção e circulação de conteúdo acessível, entretanto, esse assunto ainda é muito novo e tratado de uma maneira muito rasa nas redações.

Na RBS TV, na sede localizada na Rua Rádio e TV Gaúcha, no morro Santa Teresa, em Porto Alegre, as entrevistas não foram tão diferentes. A preocupação está apenas nos discurso e o assunto nunca tratado dentro da redação. Nos dois dias que permaneci na TV, pude acompanhar a produção dos três jornais da emissora, o Bom Dia RS, Jornal do Almoço (JA) e RBS Notícias. Também participei de duas reuniões de pauta, a reunião de pauta do Jornal do Almoço, que acontece logo depois da transmissão do jornal e a do RBS notícias, que acontece ao meio-dia. Em nenhuma das reuniões foi falado em conteúdo acessível ou PcD, entretanto, quando fiz a primeira pergunta do nosso pré-roteiro, sobre o entendimento do profissional em relação à comunicação isonômica e irrestrita, logo um repórter afirmou “nós somos formados, além de Jornalistas, mas em comunicação social, então produzir e trabalhar de uma maneira irrestrita é o nosso dever” (informação verbal)<sup>41</sup>. Neste sentido, há o reconhecimento do dever do profissional e o papel dele, como trazido no Capítulo 1 deste trabalho. O jornalismo está interligado com a sociedade, como um processo de troca, no qual informamos por e para eles, conforme o editor A da emissora, “o jornalismo tem um cunho e uma origem na defesa do direito das pessoas é por isso que ele surgiu e é nisso que ele tem sido calcado” (informação verbal)<sup>42</sup>, porém, isso é pensado apenas para as pessoas videntes e ouvintes, ou seja, quem não enxerga ou não ouve, está fora da linha de usuários, como informa o repórter F, sobre suas produções;

---

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> Repórter, F. Entrevista. [Julho. 2016]. Entrevistadora: Letícia Paola Beilfuss. Porto Alegre, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo A desta monografia

<sup>42</sup> Editor, A. Entrevista. [Julho. 2016]. Entrevistadora: Letícia Paola Beilfuss. Porto Alegre, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo A desta monografia

Ah, eu penso no telespectador médio se ele vai me entender. Por exemplo, eu lembro que tem um especialista e uma dona Maria. O especialista não pode ser tratado como um idiota e a dona Maria, que está lá cuidando de seus filhos, tem que me entender também. Eu sempre pensei por este lado, mas da maneira que tu esta trazendo, para pessoas com deficiência visual e auditiva não. Nunca pensei na produção disso e te digo 99% das pessoas aqui da redação vão te dizer isso (informação verbal)<sup>43</sup>

Diante disso, eu pude notar que na sede televisiva da empresa eu fui a pioneira a falar sobre essa temática, ou melhor, sob esse viés, como os próprios profissionais denominavam. A maioria deles nunca tinha ouvido falar sobre, pois “tanto na academia quanto nas redações é um assunto que é novo. Tu me trouxe esse tema. Vou levar essa nossa conversa como um embrião” (informação verbal)<sup>44</sup>. Assim, podemos observar que, como o assunto é novo, os profissionais não sabem como produzir conteúdo acessível, ou seja, não sabem como fazer. Isso ficou muito claro e eles, não tiveram vergonha de demonstrar esse desconhecimento sobre a temática;

Acho importante, mas acho que somos muito falhos nisso. Na TV, por exemplo, tá longe disso ser a nossa realidade. Na produção de uma reportagem tu pensa no receptor, mas não nesse público. Por exemplo, eu que faço investigação, muitas vezes, falo “observa esse homem”, agora mesmo eu to escrevendo ali e tu me veio com essa e eu me peguei pensando. Eu deveria falar que homem é esse, mas eu não sei como fazer (informação verbal)<sup>45</sup>

Como dito pelo repórter, na TV a produção de conteúdo acessível está longe de ser uma realidade, pois “o JA, por exemplo, inicia meio-dia e tem repórter que chega aqui meio-dia com a matéria e até então nós não temos ninguém que trabalhe com isso aqui na redação” (informação verbal)<sup>46</sup>, ou seja, mais uma vez o fator tempo, muito falado no Capítulo 2 deste trabalho, está em jogo. Eu pude acompanhar a transmissão ao vivo do JA e, enquanto a apresentadora lia o Telepronter<sup>47</sup> (TP), ao mesmo tempo o editor-chefe do programa, na suíte<sup>48</sup>, editava o que ia ser lido, pois alguma reportagem caia e outra entrava. Contudo, eles diziam que não teria como transmitir o programa com recursos, pois havia contratemplos, entretanto, há muitos eventos que acontecem ao vivo e possuem estes recursos, bem como peças teatrais, palestras ou até mesmo o próprio debate político que a emissora transmitiu no mês de Setembro.

---

<sup>43</sup> Idem.

<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> Repórter, F. Entrevista. [Julho. 2016]. Entrevistadora: Letícia Paola Beilfuss. Porto Alegre, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo A desta monografia

<sup>46</sup> Editor, G. Entrevista. [Julho. 2016]. Entrevistadora: Letícia Paola Beilfuss. Porto Alegre, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo A desta monografia.

<sup>47</sup> Equipamento acoplado às câmeras que exibe o texto a ser lido pelo apresentador.

<sup>48</sup> Sala no qual permanecem os profissionais envolvidos em uma transmissão ao vivo.

Diante desta análise, é possível perceber que os profissionais sabem que estão pecando neste sentido. Concordam que a comunicação e que o jornalista tem um papel social muito importante e que esta profissão é tida como uma espécie de porta-voz da sociedade, entretanto, não transmitem, através de suas produções, um conteúdo que possa ser utilizado por todos, de uma maneira universal.

No próximo tópico, vamos debater um pouco mais sobre a visita e apresentar os resultados obtidos neste trabalho, analisando todo o processo de construção do problema, o referencial teórico e a vivência no Grupo RBS.

### **4.3 Resultados obtidos**

Ao todo, durante os cinco dias de inserção nas redações do Grupo RBS, foram entrevistados onze repórteres, dez editores e um técnico da informação que cuida dos sites da empresa. Como já dito neste trabalho, muitos profissionais não quiseram participar da pesquisa devido ao não conhecimento sobre a temática, porém, o que pude perceber é que as pessoas que foram entrevistadas também não sabiam exatamente do que se tratava a acessibilidade comunicativa. Destas, a maioria nunca sugeriu ou pensou em produção de conteúdo acessível dentro do Grupo RBS. Dos editores, por exemplo, apenas uma comentou que testa o conteúdo com uma pessoa cega antes de finalizá-lo. Dos repórteres, apenas dois trabalharam uma vez com conteúdo acessível, entretanto, foram em empresas diferentes e não no Grupo RBS. Outro destaque é para o técnico de informação (TI) que afirmou que os sites da empresa não possuem acessibilidade.

O que vale ressaltar das entrevistas é que antes das questões do roteiro, eu perguntava se eles sabiam o número de PcD no estado, mas eles não sabiam e nunca haviam procurado por esse dado. O TI disse que a empresa não realizou uma pesquisa sobre esse tipo de usuário. É visível que profissionais estavam cientes que não produziam, mas que sabiam a consequência disso. Mostravam conhecimento sobre a importância da informação para o cidadão, ou seja, reconheciam o papel do profissional, mas não sabiam, na prática, como fazer.

Diante disso, o principal resultado obtido neste trabalho foi poder compreender que o Jornalismo necessita de uma mudança no seu modo de fazer e pensar em relação à produção de conteúdo acessível. Propusemo-nos, desde o início, problematizar como a produção de conteúdo acessível está inserida nas redações jornalísticas, neste sentido, partindo do pressuposto de Acessibilidade Comunicativa realizarmos uma reflexão do real papel social que o jornalista possui e podemos observar, com a visita ao Grupo, que

os profissionais recordam desta função perante a sociedade, como falado nas entrevistas, entretanto, trabalham apenas para aqueles que enxergam e ouvem.

Assim, podemos destacar que há um descaso dos veículos de comunicação jornalísticos com as PcD em relação à produção de conteúdos acessíveis. Podemos ressaltar que essa desconsideração não parte apenas do fato de os profissionais não produzirem conteúdo acessível para elas, mas sim de não pensarem nestas pessoas como usuárias e tão pouco as reconhecerem como parte da sociedade.

Tratamos aqui do âmbito jornalístico, porém sabemos que a exclusão das PcD ocorre em diversos contextos, porém, desde o início deste processo, compreendemos que o Jornalismo, como trouxe Hipólito da Costa em 1808, tem uma função de utilidade perante a sociedade, pois através da informação, o cidadão forma a sua opinião. Assim, o jornalismo também tem uma função pedagógica, ou seja, ele transforma a informação em conhecimento. Portanto, quando assistimos ou lemos uma matéria jornalística e percebemos que até a nomenclatura correta “Pessoas com Deficiência” (PcD) não é usada e dá espaço ao antigo e ao desapropriado “Pessoas com Necessidades Especiais” (PNE), percebemos que não é apenas o fato de não existir pessoas capacitadas ou problemas de recursos para a produção de conteúdo acessível, mas trata-se de falta de interesse do profissional.

Nesta perspectiva, podemos pensar em uma linha lógica, que, a partir do momento que o Jornalismo exclui essas pessoas, os outros âmbitos também irão, pois, como já dito, esta profissão tem um papel de educar, apresentar o novo, comunicar, dar, ou seja, as PcD sem informação, ficam inertes perante a sociedade. Victor Gentili, em 2002, já dizia que o direito a informação era a ponte para o conhecimento de outros direitos, fazendo com que o cidadão exerça a sua cidadania. Entretanto, quando não há informação acessível essas pessoas não saem na rua, não participam, não interagem e o Jornalismo lida com isso como se estivesse com a cegueira branca citada por José Saramago em seu “Ensaio sobre a cegueira”.

Esta falta de interesse parte do princípio de que as leis existentes não prevalecem sobre os interesses das empresas de comunicação e não se é cobrado devidamente o uso de certos recursos na produção de conteúdos jornalísticos. Entretanto, até hoje, elas estão em discussão e são muito frágeis, pois exigem AD seis horas semanais na TV, por exemplo, porém o canal disponibiliza o recurso apenas para filmes, ou seja, não contempla o jornalismo e outras áreas. Deste modo, podemos destacar a falta de um trabalho em prol da Cidadania Comunicativa, dito pela Mata, em 2006, no qual faz uso da comunicação para a construção da cidadania. Neste sentido, a falta de informação,

acarreta problemas na cidadania das PcD, pois sem informação, elas não criam suas próprias opiniões e, a partir disso, se excluem da sociedade, comprometendo efetivamente a cidadania delas.

Falamos, no decorrer desta pesquisa, que a acessibilidade comunicativa, devia ser inserida nas práticas jornalísticas consagradas, entretanto, com a visita ao Grupo RBS, pude notar que, infelizmente, isso está longe de acontecer. O processo de adaptação de recursos não é realizado nem depois da matéria pronta, quem dirá na produção. Os entrevistados mal compreendiam, na hora em que eu fazia as perguntas, que se tratava de separar os conteúdos, ou seja, separar o público ouvinte e vidente, dos cegos e surdos, no entanto, trabalhamos aqui com a lógica do Desenho Universal, contextualizado neste trabalho por Carletto e Cambiaghi (2008), que nos permite criar algo, no qual todas as pessoas podem usar de maneira igualitária, pois, ressaltamos diversas vezes os Direitos Humanos, bem como o fato de sermos todos iguais, independente de raça, cor e sexo.

Hoje, as PcD possuem um obstáculo para consumir as notícias jornalísticas em todas as mídias. O grupo RBS, por exemplo, no seu canal de TV, a AD só existe em alguns filmes e a janela de LIBRAS apenas em programação do governo. No site de notícias da empresa, as fotografias não possuem legenda oculta, tão pouco AD ou LIBRAS em vídeos. O jornal impresso não possui versão em Braille e o rádio só é favorável a quem ouve.

Com o advento da internet e a convergência midiática, acreditávamos que o Jornalismo iria avançar em relação aos seus conteúdos acessíveis, porém podemos afirmar que este é deficiente. Acreditamos que a mudança deve acontecer, primeiramente, no profissional, pois já existem recursos tecnológicos disponíveis para a produção de conteúdo acessível, bem como especializações para capacitar o profissional para que possa trabalhar com esses recursos.

É evidente que a problemática aqui, é uma questão cultural e de falta de fiscalização das leis. Ao mesmo tempo em que não se fala sobre produção conteúdo acessível na graduação, diante disso, os profissionais ao entrarem no mercado de trabalho, não desenvolvem este necessário senso crítico sobre estas questões relativas à acessibilidade comunicativa. As empresas não tem interesse, não conhecem sobre as PcD e nem sobre os recursos disponíveis hoje para a produção de conteúdo. Apenas desconsideram essas pessoas e acreditam que o problema é da própria pessoa, como se ela tivesse culpa por não poder ver ou ouvir seus conteúdos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegada a hora de finalizar o processo que teve início em agosto de 2015. Com essa pesquisa, eu pude me conhecer e me superar, pois eu não acreditava que iria chegar até aqui. Não só cheguei até o final deste trabalho, como também cheguei à conclusão que pesquisar, investigar e monografia não faz mal a ninguém.

Quando troquei a ideia de fazer um projeto experimental para uma monografia, eu lancei um desafio para mim mesmo, pois sempre fui àquela pessoa que optou pela prática do que a teoria, entretanto, com esse trabalho, eu pude praticar muito. Pratiquei o meu lado reflexivo, o de pesquisadora, o de repórter e o de estudante, pois, além de aprender muito com todas as leituras que fiz, aprendi a me comunicar em LIBRAS e a audiodescrever, dois dos recursos muito ditos neste trabalho.

Em março deste ano, quando voltei das férias de verão, me questioneei: “Como falar em Acessibilidade Comunicativa no jornalismo sem saber como fazê-la?”. Diante disso, me matriculei no componente curricular de LIBRAS, ofertado pela Unipampa. Logo que encerrei o semestre, fiz outro curso de LIBRAS pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Em setembro deste ano, iniciei o curso de AD, oferecido à distância, em modo extensão, pela Universidade Federal de Pernambuco. Todos eles gratuitos.

Assim, passei a estar indignada ao perceber que os profissionais de comunicação afirmam que “não há pessoas capacitadas para trabalhar com produção de conteúdo jornalístico acessível”. Neste momento passa um filme em minha cabeça, pois quando comecei a pesquisar, eu acreditava que o problema da falta de acessibilidade no jornalismo eram os meios que necessitava para tal, entretanto, confesso que me decepcionei com profissionais que, para mim, eram uma referência.

Através das entrevistas pude notar que falta vontade, tanto da empresa, quanto do profissional, pois sabemos que é possível fazer, exemplo disso foram os debates políticos transmitidos pelo Grupo. Partindo disso, eu acredito na boa vontade do ser humano e o que ela pode fornecer e deixar de, neste caso, a informação, o conhecimento e os direitos da sociedade.

Neste sentido, creio em uma necessária reforma do profissional, pois os jornalistas que entrevistei, realmente não sabiam exatamente a proporção de PcD no estado e, ainda, do mal que fazem ao não saber informar de um modo universal.

A visita ao Grupo RBS, me proporcionou uma melhor compreensão do real funcionamento de uma redação jornalística, não apenas diante da temática aqui trabalhada, mas num todo. A universidade é uma grande bolha, pois nos protege e hoje sei o porquê disso. Aqui, na sala de aula, a informação é reconhecida como um direito de todos, bem como uma forma de conhecimento. No mercado de trabalho, a informação é um produto que seleciona quem o pode comprar.

Acredito que finalizei este trabalho apenas na graduação, pois ele me instigou de tal forma que me faz pensar que seja apenas o primeiro passo de uma longa pesquisa sobre a Acessibilidade Comunicativa no Jornalismo. Através deste processo pude perceber que existem alguns obstáculos para produzir conteúdo jornalístico acessível, mas que não é impossível. Deste modo, entendo que continuar pesquisando pode me fornecer meios e respostas para solucionar os problemas impostos por essas barreiras comunicacionais. Assim, penso que posso ampliá-lo para uma pós-graduação, mestrado e doutorado, mas também pretendo colocá-lo em prática no mercado de trabalho, unindo a teoria e a prática, pois como ouvi em diversas respostas de meus entrevistados: "alguém sempre tem que começar", quero contribuir assim.

## REFERÊNCIAS:

Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. **Acessibilidade em comunicação na televisão**. Disponível em <[http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield\\_gerico\\_imagens-filefield-description%5D\\_17.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_gerico_imagens-filefield-description%5D_17.pdf)>. Acesso em: 03 de Outubro de 2016.

BACHELARD, G.-A. **Epistemologia**, edições 70. [S.l.]: Lisboa, 1981.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. **A eficiência técnica e econômica e a viabilidade de produtos e serviços de informação**. Ciência da Informação, v.25, nº3, 1996.

Bengala legal. **O sistema Braille**. 2010. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/sbraille>>. Acesso em: 09 de Outubro de 2016.

Blog da Audiodescrição. **Leis**. 2012. Disponível em: <<http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/2012/03/audiodescricao-lei.html>> Acesso em: 19 de setembro de 2016.

\_\_\_\_\_ **Como descrever imagens em sites**, 2016. Disponível em: <<http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/2016/09/como-descrever-imagens-em-sites.html>>. Acesso em: 04 de Outubro de 2016

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/declaracao/>> Acesso em: 15 de Maio de 2016.

\_\_\_\_\_ **Decreto nº 6.949**, de 25 de Agosto de 2009 – **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência** e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em: 05 de Abril de 2016.

\_\_\_\_\_ **Decreto nº 13.146**, de 6 de Julho de 2015 - **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 25 de Setembro de 2016.

BRASLAUSKAS, Lígia; FLORESTA, Cleide. **Técnicas de reportagem e entrevista em Jornalismo**: Roteiro para uma boa apuração. São Paulo: Saraiva, 2009.

BONIN, J. **Revisitando os bastidores da pesquisa**: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. in: Maldonado, E. et. al. Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos., 2ª. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 19–42.

BONITO, Marco. **Jornalismo digital deficiente e inconvergente**. Anais do INTERCOM, Fortaleza, 2012.

\_\_\_\_\_ **Processos da comunicação digital deficiente e invisível: mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas pessoas com deficiência visual no Brasil**. Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, RS, 2015.

\_\_\_\_\_ **A problematização da acessibilidade comunicativa como característica conceitual do jornalismo digital**. Revista Latino-americana de Jornalismo | ANO 3 VOL.3 N.1 João Pessoa – Brasil, 2016.

CANNITO, Newton Guimarães. **A televisão na era digital: interatividade, convergência e novos modelos de negócio** – São Paulo: Summus, 2010

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARLETTO, Ana Cláudia; CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: Um conceito para todos**. Disponível em: <[http://www.vereadoramragabrilli.com.br/files/universal\\_web.pdf](http://www.vereadoramragabrilli.com.br/files/universal_web.pdf)> Acesso em: 25 de agosto de 2016.

CAVERSAN, Luiz. **Introdução ao Jornalismo diário: como fazer jornal todos os dias**, v.1; Magaly Prado (org.). – São Paulo : Saraiva, 2009

CONFORTO, D; SANTAROSA, L. M. C. **Acessibilidade à Web: Internet para Todos**. Revista de Informática na Educação: Teoria, Prática – PGIE/UFRGS. v.5 n°2, 2002.

COSTA, Renata. **Como funciona o sistema Braille?** Disponível em: <<http://novaescola.org.br/conteudo/397/como-funciona-sistema-braille>> Acesso em: 11 de Outubro de 2016.

DINES, Alberto. **O papel do jornal e a profissão de jornalista**. - 9. ed – São Paulo: Summus, 2009.

ERBOLATO, Mario L. **Técnicas de Codificação em Jornalismo** – Redação, Captação e edição no Jornal Diário. São Paulo: Editora Ática, 2008.

FRANCO, Eliana Cardoso; SILVA, Manoela Cristina. **AUDIODESCRIÇÃO: Breve passeio histórico**. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo. Audiodescrição: transformando imagens em palavras. Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, São Paulo, 2010.

- GENTILLI, Victor. **O conceito de Cidadania, Origens Históricas e Bases Conceituais:** os vínculos com a comunicação. Revista Famecos, Porto Alegre, nº 19, dez, 2002.
- GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade.** Disponível em: <[http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD\\_Historia.php](http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php)>. Acesso em: 17 de agosto de 2016.
- HOUAISS, Antônio. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa.** – 4.ed.rev.e aumentada. – Rio de Janeiro : Objetiva, 2010.
- JENKINS, Henry; GREEN, Joshua; FORD, Sam. **Cultura da Conexão. Criando valor e significado por meio da mídia propagável.** Tradução: Patrícia Arnaud. São Paulo: Aleph, 2014.
- KARAM, Francisco José Castilhos. **Jornalismo, ética e liberdade.** São Paulo : Summus, 1997.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os Elementos do Jornalismo – O que os jornalistas devem saber e o público exigir.** São Paulo, Geração, 2003.
- LIMA, Manolita Correia. **Monografia:** a engenharia da produção acadêmica. – 2. Ed. rev. e atualizada – São Paulo : Saraiva, 2008.
- MALDONADO. Alberto Efendy. **Metodologias de Pesquisa em Comunicação:** Olhares, trilhas e processos [*et al.*]. 2º ed – Porto Alegre: Sulina, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação.** A transmetodologia no contexto latino-americano. Rio do Sul: UNIDAVI, 2012.
- MATA, Maria Cristina. **Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación.** Revista Fronteiras: estudos midiáticos, São Leopoldo: Unisinos VIII (1): 5-15 jan/abr. 2006.
- MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa – 2.ed.** – São Paulo:Atlas, 2008.
- MORIGI, Valdir José; VANZ, Samile Andréa de Souza; GALDINO, Karine. **Cidadania, novos tempos, novas aprendizagens: novos profissionais?.** Em questão, v.9, nº 1,p. 69-78, 2003.
- MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo. **Audiodescrição: transformando imagens em palavras.** Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, São Paulo, 2010.
- NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário.** 7º ed – São Paulo : Contexto, 2010.
- OLIVEIRA, J. A. B.; et al. **As Tecnologias de Informação e Comunicação como**

**ferramentas potencializadoras para a inclusão: um desafio para a sociedade.**

In: PELLANDA, N. M. C.; SCHLÜNZEN, E. T. M.; SCHLÜNZEN Jr., K.  
Inclusão digital: tecendo redes afetivas/cognitivas. Rio de Janeiro: DP&A,  
2005. p. 211-231.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. 2. ed., 4º reimpressão – São Paulo : Contexto,  
2010.

RODRIGO ALSINA, Miguel. **A construção da Notícia**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2009

SASSAKI, Romeu. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. - Rio de  
Janeiro: WVA, 1997. Rio de Janeiro

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. 2. ed.  
Florianópolis : Insular, 2005

## ANEXO A – ENTREVISTAS TRANSCRITAS

### Repórteres:

- 1) **O que você entende por Direito Humano à Comunicação irrestrita, sem barreiras e isonômica?**

C1, ZH: Eu acho que é uma comunicação que permite a todos os públicos a acessar o mesmo conteúdo, o que é uma coisa que a gente não tem no Brasil.

C2, ZH: Meu Deus! Então, eu acho que comunicação isonômica implica com certeza na inclusão, na acessibilidade e na usabilidade desta comunicação, não só das pessoas com deficiência, mas também nos idosos, analfabetos, por todas aquelas pessoas que tem algum tipo de dificuldade. A gente pensa no deficiente visual que tem problema para acessar um vídeo ou na auditiva que não tem o mesmo tipo de comunicação, pois ele não tem uma linguagem da mesma forma de quem ouve, mas tem as pessoas que tem outros problemas neurológicos que o contraste de cores pode fazer com que elas tenham convulsões, mas quem lembra? Então o direito humano a essa comunicação é tanto eu saber as notícias, quanto eu poder acessar entretenimento, quanto a um produto que está no mercado ou numa sinaleira e em um outdoor da rua. Nós não temos uma comunicação irrestrita e eu acho que são poucos os lugares do mundo que tem, se é que existe.

E, ZH: Complexa a tua pergunta! Acho que é tu ter direito a ter acesso aos fatos e não ter interferência para acessar isso.

J, ZH : Acho que é uma coisa que no Brasil não tem sempre. Acho que a gente, nesse tempo de crise, onde tá abalado a posição do profissional do jornalismo, acho que a gente tenta manter isso. Mas acredito que é fundamental. Complicada a tua pergunta, mas acho que é fundamental.

L, ZH: Acho que é um desafio bem grande garantir que a informação chegue a todos os públicos. Acho que a gente peca muito nisso. Estamos bem longe de garantir uma comunicação acessível. Não é discutido e quando não é discutido, ninguém reflete sobre e ninguém faz. Até agora eu to na diretoria da ABRAJI e quero levar essa discussão, já conversei com as meninas cegas que trabalham aqui para me ajudar nisso, para criarmos

um painel sobre isso, para que seja discutido mesmo, pois é uma discussão muito ausente no Jornalismo.

P, ZH: Eu entendo que a gente tá engatinhando ainda neste sentido. Eu acho que a gente tem muito o que avançar e é urgente que a gente avance. Fazendo uma meia culpa, acho que a gente não pensa nisso com a frequência e a profundidade que deveríamos pensar. Acho que a sociedade está avançando, as minorias pedindo cada vez mais espaço e requisitando e reivindicando direitos e acho que a gente precisa se alinhar a isso imediatamente, até pra poder cobrar né. Um dos papéis do Jornalismo é justamente cobrar que os direitos sejam de fato atendidos. Se a gente não atende, a possibilidade da gente cobrar, pode se encolher. É um problema que não estamos preparados para enfrentar.

C3, ZH: Acho que no meu caso, repórter de economia, é tentar traduzir os fenômenos da área em uma matéria do modo mais didático e de fácil assimilação.

M, RBS TV: Eu acho que é a capacidade de a gente comunicar de uma forma em que todo mundo tenha acesso ao conteúdo que a gente produz.

C4, RBS TV: eu acho que é comunicar de diversas formas todos os públicos.

L, RBS TV: Vendo o Bom dia RS, por exemplo, acho que a gente tem que comunicar de uma forma simples e mais próxima assim com o público. O Bom Dia é um programa bem serviço, então o nosso papel como jornalista, além de mostrar isso, também é fazer com que as pessoas entendam o que está sendo dito de uma maneira mais fácil, seja ela uma matéria sobre temas jurídicos, políticos ou econômicos.

F, RBS TV: Nossa, pergunta bem focada. Bom, eu acho que principalmente nos nossos veículos, para início de conversa, nós trabalhamos através de uma concessão, concessão essa bem diferente de outros países aí né. Nós somos formados, além de Jornalistas, mas em comunicação social, então produzir e trabalhar de uma maneira irrestrita é o nosso dever.

**2) Qual é a importância de se produzir conteúdos jornalísticos acessíveis às PcD?**

C1, ZH: Ah, eu acho que é fundamental né. É um modo de incluir essas pessoas no mundo, sem deixar essas pessoas invisíveis perante a sociedade.

C2, ZH : Eu acho que é importante, primeiro porque é um direito previsto em lei e o que é lei nós somos obrigados a fazer, pelo menos segundo o papel. Segundo porque informar deficientes é colocar eles em um mundo em que, muitas vezes, eles não se sentem pertencidos. É inserir as pessoas em um mundo normal. Então é importante tanto na inclusão, quanto mostrar para essas pessoas que sim, elas fazem parte do mundo.

E, ZH: Eu acho que a gente pensa pouco nisso, mas a importância é fazer com que as pessoas tenham esse direito e de não excluir essas pessoas. Produzir conteúdos para que todos possam ter acesso.

J, ZH: Essencial. Por exemplo, nós temos a Camila aqui e já parte disso aí né. A pessoa tem deficiência e acaba produzindo para pessoas com e sem deficiência. É importante que a gente produza para esses dois públicos.

L, ZH: Fundamental.

P, ZH: Não há dúvida que é essas pessoas são minoria, mas justamente por isso é que se precisa de ações para que esta minoria seja vista e que tenham os seus direitos atendidos. Estamos falando aqui de empresas privadas e não do governo, mas mesmo assim acho que há responsabilidades sociais, principalmente numa empresa de comunicação. Ela é um agente social e a partir disso é dever universalizar qualquer tipo de comunicação.

C3, ZH: Não é a minha maior preocupação, como eu já disse, eu trato isso na hora de escrever, mas acredito que seja importante sim, se a gente pudesse fazer aqui na redação seria ótimo.

M, RBS TV: Acho que é de extrema importância para um processo de inclusão. A gente sabe que todas as pessoas tem direito de acessar esse conteúdo. Acho que a gente ainda não produz como se deveria, mas a gente tenta né. Nos offs nas reportagens a gente

tenta descrever o máximo possível para quem não enxerga e os deficientes auditivos eu não entendo muito, mas sei que eles tem a opção de legenda e tal.

C4, RBS TV: Acho importante, apesar da gente não pensar muito nisso ainda. Acredito que se trata de um processo de adaptações até para nós profissionais, pois no mercado a gente coloca em prática o que aprendeu em aula, entretanto, isso nunca foi me falado. Tu é uma das primeiras pessoas que fala comigo sobre isso.

L, RBS TV: Eu não sei se eu como jornalista cumpro esse papel. Eu acho importante, mas também acho uma coisa difícil. Não sei de que forma hoje eu faria isso, mas acho que temos que buscar uma forma, até porque isso se trata de inclusão social.

F, RBS TV: Vou ser muito transparente contigo. Acho importante, mas acho que somos muito falhos nisso. Na TV, por exemplo, tá longe disso ser a nossa realidade. Na produção de uma reportagem tu pensa no receptor, mas não nesse público. Por exemplo, eu que faço investigação, muitas vezes, falo “observa esse homem”, agora mesmo eu to escrevendo ali e tu me veio com essa e eu me peguei pensando. Eu deveria falar que homem é esse, mas eu não sei como fazer.

### **3) Na sua formação para trabalhar como jornalista você foi preparado(a) para produzir conteúdos acessíveis?**

C1, ZH: Não. Não existe no Brasil essa cultura de acessibilidade. Acredito que está melhorando, mas acho que a comunicação é uma área precisa evoluir muito nisso, em termos de ferramentas e de atenção mesmo. As pessoas, geralmente, não pensam muito em acessibilidade na hora, por exemplo, de desenvolver um projeto ou um site. Geralmente, a acessibilidade é mexida depois e nunca antes. Nunca é a prioridade, apesar de existir diretrizes da própria W3C, mas não existe essa cultura na cabeça das pessoas.

C2, ZH: Na vida acadêmica se falou pouquíssimo em acessibilidade. Talvez nas disciplinas finais ali com o Marco, mas não lembro dos nomes das disciplinas, mas, por exemplo, nas disciplinas principais ali como fotojornalismo, se teve algo foi muito pincelado, na TV nós até comentávamos e tal sobre as leis, mas só pincelando, nunca colocando realmente como obrigação. Mas sei que depois que eu sai isso mudou um

pouco. Mas é aquela coisa, uma pessoa com deficiência tem que mostrar isso, até porque isso deve começar na universidade para estar no mercado de trabalho.

E, ZH : Eu acho que isso não é pensando, tanto na universidade, quanto no mercado de trabalho. A gente pensa pouco e faz muito pouco a esse respeito. Aqui a gente tem o dia muito corrido e não lembra de fazer além do que a gente está acostumado a fazer.

J, ZH : Acho que não. Acho que em nenhum momento foi falado sobre isso.

L, ZH : Não. Nunca tive essa discussão em aula.

P, ZH: Minha formação, neste sentido, é zero.

C3, ZH: Fiquei na universidade de 2006 a 2011, na UFRGS, e nunca vi nada sobre.

M, RBS TV: Nós tínhamos um colega na católica lá de Pelotas e ele nos motivava sobre isso. Ele até nos indagava, indagava os professores. A gente debatia muito em sala, mas acredito que seja porque ele estava lá. Não vejo muito isso nos currículos por aí.

C4, RBS TV: Não.

L, RBS TV: Me formei há dois anos e não tive nada sobre acessibilidade na academia.

F, RBS TV: Não, nada. Tanto na academia quanto nas redações é um assunto que é novo. Tu me trouxe esse tema. Vou levar essa nossa conversa como um embrião.

#### **4) Nas reuniões de pauta, de que forma os editores recebem a ideia de produção de conteúdo acessível pelos repórteres?**

C1, ZH: Hoje não se tem, digamos assim, uma diferenciação deste conteúdo, até porque nunca se pensou. Existe um desejo que o conteúdo se torne acessível. Hoje, por exemplo, nós tivemos uma reunião para falar sobre isso. Tu não pode contemplar os deficientes e não contemplar os idosos e os analfabetos, não é acessibilidade realmente. Então é algo que está se trabalhando e não é uma coisa que pode fazer de um dia para o

outro É algo que as pessoas não tem conhecimento, mas nós estamos aqui justamente para mudar isso.

C2, ZH : Falta a ideia.

E, ZH : Eu acho que são experiências que a gente acaba não pensando e que não acontece porque ninguém tomou alguma iniciativa assim, mas se tivesse acho que seria bem recebida.

J, ZH: Acho que falta alguém falar, mas acredito que seria bem recebido.

L, ZH: Então, nunca vi, mas acredito que eles receberiam bem.

P, ZH: Acho que os editores não tem essa cultura de preocupação e não é enraizado no nosso dia a dia esse tipo de questionamento e de como direcionar os conteúdos para estas pessoas. Acho que isso tem que partir de alguém, mas não tenho dúvidas que meus colegas colheriam isso com prazer, até por levar em conta o papel do Jornalista com a sociedade. Acho que tu pode falar com a Camila e a Cris sobre isso também.

C3, ZH: Não é um assunto assim que ronda os repórteres, mas a tua ideia é bem interessante. Não lembro assim de ter falado sobre uma pauta ou ter visto algum outro colega falar sobre nas reuniões, mas acredito que os editores comprariam a ideia.

M, RBS TV: Eu acho que seria bem recebido se fosse falado, mas como nunca foi um tema da reunião né. Eu acho que é possível fazer. Acho que se trata de compartilhar mais conhecimento e saber, a partir destas pessoas, quais são as necessidades e saber de que forma a gente pode atende-las.

C4, RBS TV: Acho que seria uma ideia bem vinda, mas que não ia poder ser feita de uma hora para outra. Eu, por exemplo, não tenho conhecimento. Acho que precisa-se de pessoas habilitadas na área.

L, RBS TV: nunca foi falado em acessibilidade como conteúdo, mas quase sempre assim na semana a gente mostra alguma coisa relacionado a pessoas com deficiência, principalmente ligada aos direitos e leis.

F, RBS TV: Acho que seria uma discussão bem vinda assim, mas acho que ninguém aqui sabe como fazer. A gente sabe que tem o CC, alguns canais com LIBRAS e áudio, mas eu não sei como fazer.

**5) Você realiza ou já realizou reportagens com conteúdos acessíveis? Que tipo de acessibilidade? Por quê?**

C1, ZH : É, já fiz, algumas matérias, mas de texto e vídeo, mas eu procuro ser bem descritiva nas minhas matérias. Escrevo de uma maneira que todo mundo compreenda. Mas como eu te disse, acho que no mundo corporativo acho que não existe essa preocupação de produzir conteúdos acessíveis.

C2, ZH : Já realizei reportagens, mas eu tentei deixar ela mais acessível possível. Hoje nós não temos audiodescrição e pra ti promover isso precisa de uma pessoa especializada e isso é caro e a empresa não dispõe deste tipo de recurso de um dia para a noite, o conteúdo em vídeo foi só com as pessoas falando. Então uma pessoa cega que fosse assistir esse conteúdo ia entender, mas quem é surdo só ia poder acessar uma parte que foi quando eu entrevistei duas pessoas surdas, foi uma experiência enriquecedora. Teve interprete e tal, mas não foi completamente acessível, reconheço.

E, ZH : Sinceramente, não. Tinha uma época que a gente fazia um resumo do dia em áudio, mas não pensando nessas pessoas, era mais um plus do conteúdo.

J, ZH : De alguma forma, pensando nisso, focado na acessibilidade, a gente tenta fazer para que as pessoas que tem problema visual a gente tenta tornar tudo acessível para aquele programa. Os infográficos, por exemplo, a gente pensa bastante neles. Mas assim, dizer que eu pensei na produção em conteúdo acessível, não.

L, ZH: Aqui na ZH não, mas uma vez eu participei de um trabalho pro Mundo Jovem. Era dentro da Campanha da Fraternidade. Era sobre cadeirantes, aí eu ajudei no vídeo que teve Libras e Audiodescrição. Foi uma experiência incrível assim. Mas aqui na ZH só sobre pessoas com deficiência mesmo.

P, ZH: Nunca produzi.

C3, ZH: Aqui não, mas uma vez eu participei de um trainee no Estadão e eu realizei um caderno especial aí fizemos áudios, descrição de fotos, mas lá nós tínhamos mais tempo. Aqui eu acho que é muito corrida a rotina. Ou se contrata alguém para fazer só isso ou o repórter vai fazer as duas coisas, mas com uma produção menor.

M, RBS TV: No formato não, mas já trouxemos em matérias né. Abordamos as dificuldades tanto das pessoas com deficiência visual, quanto dos cadeirantes. Eles como personagem.

C4, RBS TV: Confesso que não. Já fiz mas mais pro viés assim de mostrar alguma coisa no trânsito, dos direitos e tal das pessoas, mas conteúdo sobre outro tema e com acessibilidade, não.

L, RBS TV: por esse teu viés, não.

F, RBS TV: Ah, eu penso no telespectador médio se ele vai me entender. Por exemplo, eu lembro que tem um especialista e uma dona Maria. O especialista não pode ser tratado como um idiota e a dona Maria, que está lá cuidando de seus filhos, tem que me entender também. Eu sempre pensei por este lado, mas da maneira que tu esta trazendo, para pessoas com deficiência visual e auditiva não. Nunca pensei na produção disso e te digo, 99% das pessoas aqui da redação vão te dizer isso.

#### **6) Como é a produção de conteúdo acessível aqui na redação?**

C1, ZH: Ah, ninguém comenta. É muito difícil, muito raro. Geralmente eu que ergo a questão quando eu vejo que alguma produção não tá acessível. Geralmente esse assunto só faz parte do horizonte das pessoas quando elas são atingidas diretamente. No dia a dia as pessoas não pensam nisso. Elas tem outras coisas na cabeça.

C2, ZH : A produção de conteúdo acessível vai do conhecimento de o que é acessibilidade e uma pessoa que não tem deficiência nem lembra disso, não é por não se importar, mas ela não se dá conta porque não faz parte da realidade dele e nem sabe como fazer. A ideia acontece muitas vezes através do próprio deficiente. Eu não faço

porque eu não tenho habilitação pra oferecer audiodescrição. Existem especializações e eu to tendo fazer aos poucos para poder contribuir aqui na redação.

E, ZH : A gente tem a Camila, ela que comenta sobre conteúdos acessíveis aqui. Ela tem um software próprio pra ela e tal.

J, ZH : Não sei, nunca vi.

L, ZH: Eu converso bastante com as gurias assim, porque por elas estarem com a gente e as vezes eu pergunto algumas coisas pra elas, tanto sobre coisas do jornalismo, vídeos e fotos e tal, mas também sobre as coisas mais comuns assim, porque a gente só vai entender a dificuldade, quando se colocar no lugar das pessoas. A gente desconsidera essas outras dimensões.

P, ZH: Nunca vi nada. Com vergonha eu respondo isso, hein.

C3, ZH: Eu realmente não vejo essa preocupação aqui na redação. Como eu já te disse, a gente tenta tornar acessível, mas de outra maneira.

M, RBS TV: Eu não tenho como te falar pelos outros, mas sinto que a produção poderia ser maior neste sentido.

C4, RBS TV: não vejo muito. Como já falei eu acho que se trata de adaptação e também de demanda. Não vejo as pessoas buscando isso em nós. Pelo menos em mim assim, não.

L, RBS TV: O pessoal aqui faz o que pode. A gente não produz assim como tu trouxe a questão, mas a gente tenta ao máximo nas nossas reportagens mostrar essas pessoas e mostrar também a capacidade delas e fazer com que elas se incluam na sociedade.

F, RBS TV: Não vejo essa preocupação aqui com os meus colegas.

## **Editores**

- 1) O que você entende por Direito Humano à Comunicação irrestrita, sem barreiras e isonômica?**

F, ZH: Extenso, mas vou tentar resumir. Eu acho que, o que a gente faz no Jornalismo é importante, não só porque a gente informa as pessoas e faz com que elas criem uma opinião, mas também porque faz as autoridades olharem para alguns assuntos que antes eles não olhavam. Então das duas formas, acho que a gente pode atuar, tanto para as pessoas que não tem acesso, como as que tem. Aqui na Zero, especialmente na minha editoria que trabalha bastante com infográficos, a gente tenta trabalhar de maneira mais acessível e clara possível. O infográfico não sai sem testar antes. Inclusive, as duas meninas que são cegas daqui da redação, verificam esses infográficos e nos ajudam a melhorar. Claro, a gente faz, mas poderíamos fazer mais.

D, ZH: Eu entendo que tem que ser um conteúdo acessível e compreensível a todo mundo que queira ter acesso a ele.

L, ZH: Eu entendo que é importante fazer o possível para garantir as mesmas oportunidades de acesso à informação.

J, ZH: Eu acho que a gente precisa avançar muito ainda na questão de dar oportunidade para as pessoas que tem algum tipo de dificuldade para acessar a informação. Acho que não estamos perto de nenhum tipo de ideal, mas fazendo uma grande crítica aos veículos, eu acho que eles não produzem conteúdo de uma maneira igualitária e para todos. Já melhorou bastante, mas ainda tem o que melhorar.

M, ZH: Se falarmos em acessibilidade, acredito que é um direito de todos se informar. Aí cabe aos veículos de comunicação produzir os seus conteúdos de uma maneira em que todos possam receber a informação e inclusive, dar um retorno ao veículo. Mas acho que é uma coisa precária ainda no Brasil.

N, ZH: Eu entendo que a premissa disso é criar soluções para que independente das dificuldades que uma pessoa tenha, ela possa acessar o que quiser.

D, RBS TV: Eu acho que é uma comunicação de fácil acesso a todo mundo.

G, RBS TV: Poderia ficar três horas falando aqui, mas imagino que seja a possibilidade de que os segmentos mais diversos da população tenham representatividade nos meios de comunicação.

M, RBS TV: Eu acho que a gente está engatinhando muito nesta questão, mas a gente tenta ao máximo atender todas as dificuldades de qualquer pessoa para poder comunicar a todos. Este ano ara os debates na campanha eleitoral, a gente vai precisar de um interprete de Libras e eu acredito que isso seja um grande passo e um início para mais produção neste sentido.

A, RBS TV: Eu entendo que a comunicação é muito importante pra isso. O jornalismo tem um cunho e uma origem na defesa do direito das pessoas é por isso que ele surgiu e é nisso que ele tem sido calcado.

## **2) Qual é a importância de se produzir conteúdos jornalísticos acessíveis às PcD?**

F, ZH: Eu acho que é isso que eu já falei. Acho que o Jornalismo, neste sentido, ajuda a formar o cidadão. Não é porque elas não enxergam ou não ouvem que elas não tem os mesmos diretos e deveres né. São cidadãos como qualquer outra pessoa.

D, ZH: Acho que a mesma que produzir para quem não tem deficiência. É o direito a informação né. Ainda mais agora, com as tecnologias, é tanta informação e muitas vezes informações erradas, que tu precisa de um bom jornalismo pra filtrar tudo isso.

L, ZH: Acho importante e também acho que é uma carência na imprensa brasileira.

J, ZH: Acho que é de extrema importância e as vezes a gente acaba negando a informação a essas pessoas, porque não somos capazes de produzi-las com acessibilidade.

M, ZH: A gente tem tanta conversa bonita, tanto discurso sobre pessoas com deficiência, mas na prática, por conta de recursos (tempo, dinheiro e pessoas) a gente acaba não fazendo.

N, ZH: Eu acho que é um item da democratização do acesso a informação. Se eu sei que algumas pessoas não terão acesso ao conteúdo, por ter algum tipo de deficiência, eu

estou arranhando essa premissa de que o acesso a informação tem que ser pleno. Então é uma coisa que a gente tem que ter muito cuidado.

D, RBS TV: No Bom Dia RS, como é um telejornal mais serviço, a gente faz bastante pauta sobre essas pessoas. A gente não difere uma pauta da outra ou que seja específica para pessoas com ou sem deficiência.

G, RBS TV: Imagino que tenha uma importância fundamental, pois é uma barreira hoje em dia né. Agora, na campanha eleitoral, nós vamos precisar ter um interprete de LIBRAS, mas assim, eu acho que temos uma carência técnica e de pessoas para produzir conteúdo acessível hoje.

M, RBS TV: eu me preocupo muito com esta questão da inclusão e acho que nós não devemos separar os nossos conteúdos para quem tem e não tem deficiência. Ela não enxerga ou não ouve, ela precisa de uma solução e de uma maneira para poder compreender o que estamos passando. Então devemos pensar num todo.

A, RBS TV: Acredito que na comunicação nós temos alguns impasses e empecilhos técnicos e também não é uma coisa que é discutida no Brasil. E não é uma obrigação, ou seja, uma noticia não precisa ter audiodescrição ou LIBRAS para ser realizada e acredito que por isso, isso não aconteça.

**3) Na sua formação para trabalhar como jornalista você foi preparado(a) para produzir conteúdos acessíveis?**

F, ZH: Muito pouco. Até porque eu não tinha colegas com algum tipo de deficiência. Aliás, eu tive uma menina que não era minha colega, mas ela fez algumas disciplinas comigo. Ela tinha um problema de visão e aí nas provas ela fazia uma prova diferente. Os professores eram bem atenciosos com ela, mas era só isso assim. A gente vê pouco na faculdade, até no meu mestrado eu não vi. Além de trabalhar aqui, eu dou aula no Senac e lá eu vejo mais pessoas com deficiência. Inclusive, eu vou ter uma aluna surda neste próximo semestre, então eu to aprendendo Libras e tal, mas ela vai ter uma interprete na sala.

D, ZH: Não. Não tenho referências sobre isso.

L, ZH: Não. Nem sabia o que era isso.

J, ZH: Que eu me lembre, não. Tipo, pode ter sido algo meio pincelado, porque não lembro de ter feito algum trabalho ou lido sobre algo. O que foi marcante pra mim, nesta questão, foi que a Camila Nunes, que trabalha aqui, foi minha colega na Unisisnos e a gente fez trabalhos juntas, então a minha experiência e o conhecimento foi mais pessoal assim.

M, ZH: Eu me formei em 1985 e na época não se falava muito em legislação e inclusão. Minha referência neste sentido é zero.

N, ZH: Eu me formei já faz mais de 30 anos, então eu não tive nada. Mas acredito que hoje, com essa discussão mais em alta, espero que hoje nas escolas de comunicação isso seja mais enfatizado.

D, ZH: Não.

G, RBS TV: Não, não vi absolutamente nada sobre isso.

M, RBS TV: Não me lembro de nada. Não se falava neste assunto.

A, RBS TV: 10 segundos de risadas. Não, isso não era debatido há 25 anos atrás e acredito que até hoje não seja da forma que era pra ser.

#### **4) Como é a produção de conteúdo acessível aqui na redação?**

F, ZH: O pessoal aqui é muito humano. Eu vejo, principalmente no caderno Sua Vida que o pessoal se preocupa muito. Não só com quem tem algum tipo de deficiência, mas também com quem tem depressão e algumas outras doenças. Eles toda semana tão produzindo algo sobre.

D, ZH: a gente tem um cuidado, principalmente na editoria de arte, onde os programas para deficientes visuais não leem. Nós temos aqui as meninas repórteres que são cegas e

desde a entrada delas aqui, isso se tornou um ponto de atenção para nós, porque elas usam um programa específico no computador onde elas trabalham e quando a gente cria alguma coisa, elas nos alertam quando não dá pra ler.

L, ZH: A gente tem um desafio tecnológico sério nos nossos produtos digitais e temos muita dificuldade para transpor. A gente tem as meninas cegas que trabalham aqui e elas nos alertam sobre isso, mas eu acho que podia ser melhor.

J, ZH: A gente consegue fazer algumas coisas. Infográficos principalmente. No mais a gente conversa eventualmente assim, não é uma coisa do dia a dia ou tema das reuniões de pauta.

M, ZH: Aqui na redação não acontece essa produção, já pelos motivos que eu falei. Acontece pautas sobre essas pessoas, mas não conteúdos acessíveis para eles.

N, ZH: A gente tem todas as nossas matérias publicadas no site, então para quem tem problema de visão ou seja cego estas matérias estão acessíveis, se o usuário tiver um software adaptado. No ZH digital, que é onde colocamos o jornal impresso por página, tem uma opção de acessibilidade na página.

D, RBS TV: Como eu já falei a gente produz mais pautas sobre as pessoas. Mostrar os direitos e tal. Eles como personagem, mas não é uma coisa de todo dia. Agora, as matérias possuírem acessibilidade é só através do CC no televisor mesmo. Nunca comentamos disso nas reuniões.

G, RBS TV: Olha, não rola. Lá em SC quando eu trabalhava lá, eu participei de uma reportagem que a gente colocou LIBRAS, mas aqui nunca vi.

M, RBS TV: Olha só como essas pessoas como personagem na matéria. Agora com este desafio né de ter interprete nos debates, é que nós vamos ter contato com isso. Creio que será um grande passo aqui na redação e uma experiência inovadora para todos.

A, RBS TV: No G1, por ser um site, a gente já dá mais acessibilidade que outros veículos. A pessoa tem vídeo, texto, foto, áudio. Então, tudo que sai na TV, na RBS tv, está no site, entretanto, nós não temos LIBRAS, porque automaticamente o que sai na tv

já vai para o site. Para ter audiodescrição e libras o vídeo já deveria ter vindo da TV acessível.

**5) Você como chefia, já propôs aos repórteres que eles incluíssem a acessibilidade na sua rotina jornalística? Por quê?**

F,ZH: Então, como eu falei dos infográficos, sempre que dá rola essa troca com as meninas. Esses dias a gente tava desenvolvendo uma ferramenta nova de enquete e a gente até atrasou a matéria porque eu pedi para que o pessoal da redação testasse. Aí as meninas cegas né, vieram e falaram que tinham dificuldade para ter acesso, então eu e mais o guri do design entramos em desespero até encontrar uma solução, mas encontramos. Acho que a gente só não faz mais do que a gente faz por falta de gente. Mas mesmo assim, eu acho que nós estamos melhores do que outros jornais. Não vejo essa preocupação em outros veículos.

D, ZH: Não, nunca propus, mas também nunca fui contra, até porque os repórteres nunca tiveram essa ideia. Nossa proposta é mais nos infográficos mesmo.

L, ZH: Não sei como fazer isso então eu nunca propus.

J, ZH: Não.

M, ZH: Na questão da acessibilidade, pensando em cegos e surdos, não. Mas eu sempre chamo a atenção dos colegas a respeito dos idosos. As pessoas hoje em dia vivem mais e nós temos muitos leitores idosos e quando nós mudamos algo em algum dos nossos produtos, nós recebemos um feedback dessas pessoas, então a gente sempre se atenta ao tamanho da letra e aos recursos do site.

N, ZH: Quando a gente trata destes grupos de pessoas, a gente tem que estar atento, entretanto, até agora a gente só produziu matérias neste aspecto. Então, assim, pautas que incluem a temática de inclusão estão sempre no nosso radar, mas apenas desta forma.

D, RBS TV: Não.

G, RBS TV: Não. Não, porque o JÁ inicia meio-dia e tem repórter que chega aqui meio-dia com a matéria e até então nós não temos ninguém que trabalhe com isso aqui na redação.

M, RBS TV: Não desta maneira como tu traz a ideia, entretanto, eu acho que isso não ocorre pela falta de conhecimento meu e de meus colegas sobre o assunto.

A, RBS TV: Não, porque com o eu já disse, a gente pega tudo da TV e eu entendo que falta recursos tecnológicos para isso e também pessoas capacitadas.

### **Técnicos da Informação:**

#### **1) Qual a importância de um site possuir acessibilidade?**

Max, ZH: Acho que é importante tentar buscar, principalmente nós que disponibilizamos informações, acho que é uma questão que precisamos investir mais. Hoje os sites do Grupo RBS, não só do ZH, mas de todos os produtos, estão muito deficitários quanto a isso.

#### **2) Na sua formação para trabalhar como T.I você foi preparado(a) para trabalhar com tecnologia acessível?**

Max, ZH: Não, não tive nenhum tipo de preparo.

#### **3) O que é preciso para tornar um site acessível?**

Max, ZH: Investimento. Investimento em tecnologia e investimento em recursos para disponibilizar tanto a título de código e em alguns casos, algum software, principalmente para as pessoas com deficiência visual. Hoje, os usuários possuem estes software e conseguem acessar tudo, desde o nosso site, até um vídeo para fazer bolo, mas claro, isso condiz com recursos.

#### **4) O site do Grupo RBS possui acessibilidade? Que tipo? Por quê?**

Max, ZH: Dos jornais, não. Da forma como tem que ser e como existe em jornais internacionais, não. O que nós temos é um investimento muito pequeno ainda. Acredito que futuramente nós vamos possuir mais coisas.